----------**ATA N.º 283**----------

----- Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, no salão do edifício da Junta de Freguesia de Cedrim, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

----------**Ordem de Trabalhos**----------

1 **Atas e Correspondência**----------
2 **Período de Antes da Ordem do Dia**----------
3 **Período da Ordem do Dia**----------
3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal----------
3.2 Contrato de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal e a Diretora do AESV----------
3.3 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2023----------
3.4 Relatório da Auditoria Externa Forense – Área Chave Administração e Ordenamento do Território e Urbanismo----------
3.5 Relatório da Auditoria Externa Forense – Área Chave Contratos de Empreitada----
3.6 Relatório Final da Auditoria Externa Forense (Mandato 2017-2021)----------
3.7 Estrutura Orgânica – Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Sever do Vouga----------
4 **Período Destinado ao Público**----------

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e oito minutos. Saudou a todos os presentes, com um cumprimento especial ao Presidente da Junta de Cedrim e Paradela, o senhor José Sousa, aos senhores membros da Assembleia Municipal, aos senhores presidentes de Junta, ao senhor Presidente da Câmara, às senhoras vereadoras e aos senhores vereadores ali presentes. De seguida, solicitou à segunda secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.----------

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:----------

- Ana Maria Veloso Martins da Silva----------
- António Augusto de Macedo Cruz----------
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro----------
- António Fernando da Silva Dias----------
- Bruno José da Costa e Silva----------
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva----------
- Eugénio Fernando Bastos Martins----------
- Fernando Pereira Rodrigues----------
- Hermínio Pedro Marques Martins----------
- Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos----------
- Isabel Maria Martins Tavares----------
- João Rodrigues Oliveira----------
- Jorge Manuel Henriques da Graça----------
- José Carlos Ribeiro de Sousa----------
- José Pedro de Bastos Costa Lemos----------
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro----------
- Maria Amaral Martins Pereira----------
- Patrícia Sofia Martins dos Santos----------
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço----------
- Renata Liliana da Costa Marques----------
- Sérgio Soares da Silva----------
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro----------
- Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro----------

--- Foi, ainda, registada a presença dos seguintes membros que chegaram mais tarde:--------

- Alexandre Manuel Tavares Rocha----------
- Almiro Machado----------

- Cláudia Isabel Lopes Cruz----------
- David da Silva Alves----------
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva----------
---- Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros da Assembleia Municipal: Alexandre Manuel Tavares Rocha, Almiro Silva Machado, Ana Cristina da Silva Tavares, Ana Maria Veloso Martins da Silva, António Augusto de Macedo Cruz, António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro, António Fernando da Silva Dias, Cláudia Isabel Lopes Cruz, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Pedro Marques Martins, Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos, Isabel Maria Martins Tavares, João Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Henriques da Graça, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Pedro de Bastos Costa Lemos, Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, Maria Amaral Martins Pereira, Patrícia Sofia Martins Santos, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Pedro Miguel Martins Mendes, Renata Liliana da Costa Marques, Sandra Marlene Rodrigues Pereira, Sérgio Soares da Silva e Tânia Filipa Fernandes Pinheiro.------
--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.----------
--- Esteve presente Carla Alexandra Pereira da Silva, Coordenadora Técnica, em apoio à Mesa. ----------
--- O Presidente da Assembleia Municipal deu conta dos elementos que pediram substituição, sendo eles Ana Cristina da Silva Tavares, que foi substituída por Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro; Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Bruno José da Costa e Silva e, ainda, Sandra Marlene Rodrigues Pereira, que foi substituída por Eugénio Fernando Bastos Martins.----------
----------**1 – Ata e Correspondência**----------
1.1 Ata n.º 282 de 28 de abril de 2023: Foi apreciada a ata da sessão ordinária de 28 de abril de 2023, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, com vinte e um votos a favor, dos membros Alexandre Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.----------
1.3 Correspondência e Informações:----------
Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:----------

- CPCJ Relatório de Atividades de 2022 e Plano de Atividades de 2023. O Presidente da Assembleia Municipal referiu que devia ser dada atenção ao documento e que o mesmo era interessante para analisar e até para comparar com anos anteriores;----------
- Comunicado da ANAM sobre o livro "O Papel do ROC no Município e a sua Utilidade para os Eleitos Locais";----------
- Convite para a caminhada Rota das Laranjeiras;----------
- Convite para as comemorações do 25 de abril;----------
- Convite para o 47º aniversário do CDC de Paradela do Vouga;----------
- E-mail a informar do término da comissão de serviço do Comandante do Corpo de Bombeiros de Sever do Vouga;----------
- Convite para as celebrações religiosas de Nossa Senhora do Ouvido em Paradela;-------
- Convite para o evento "Lança o Teu Futuro";----------
- Convite para a sessão de apresentação da agenda do Turismo para o Interior;----------
- Convite para a cerimónia de encerramento dos jogos de matemática;----------

- Convite para o XXXIX Festival de Folclore;----------
- Convite para o 7º aniversário do Museu Municipal;----------
- Convite para o espetáculo de patinagem artística;----------
- Ofício ao Presidente da Assembleia de Freguesia de Rocas do Vouga a comunicar que o Presidente da Junta de Freguesia de Rocas do Vouga informou que iria faltar à sessão de 28 de abril de 2023 e que iria fazer-se representar por Ana Paula Costa;-------
- Justificação de falta de Ana Paula Costa;----------
- Justificação de falta de Jorge Graça – sessão de 28 de abril de 2023;----------
- Convite para o 9º Fórum Turismo para o Interior;----------
- Convite para o 11º passeio de ´Clássicos Terras do Vouga;----------
- Ofício da ANAM sobre o envio da publicação "Municípios e Saúde";----------
- E-mail a confirmar a disponibilização da Junta de Freguesia de Cedrim para a sessão de 30 de junho de 2023;----------
- Resposta a pedido de recolha de cadela;----------
- Convite da APCDI para a Festa das Flores;----------
- Convite para o aniversário da Filarmónica Severense;----------
- Convite da APCDI para a Festa de São Pedro;----------
- Convite para a inauguração da Feira Nacional do Mirtilo 2023;----------
- Convite da CCDR-C para o jantar de homenagem à Dr.ª Maria Castanheira Neves;-----
- Ata da audiência de discussão e julgamento do processo número 110-22.3T9ALB. Tratando-se de um assunto sobre o qual o Presidente da Assembleia Municipal já tinha vindo a falar, e que urgia pôr cobro, finalmente, o processo entre o senhor Presidente da Câmara Municipal e o senhor Vereador António Coutinho tinha terminado de uma forma digna para ambas as partes, na sua opinião.----------

Além da correspondência disponibilizada, o Presidente da Assembleia Municipal informou dos eventos em que tinha estado presente:----------

- No dia 06 de maio, na Rota das Laranjeiras, a convite do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga;----------
- No dia 06 e 07 de maio, a convite da senhora Vereadora Inês Machado, em duas atividades do Festival Pés na Serra;----------
- No dia 11 de maio, a convite da senhora Vereadora Paula Coutinho, no encerramento da final do 24º Campeonato dos Jogos de Matemática do Ensino Profissional;----------
- No dia 18 de maio, na companhia do senhor Vereador Ricardo Silva, no sétimo aniversário do Museu Municipal;----------
- No dia 19 de maio, a convite do Vougapark, na abertura do concurso de ideias "Lança o Teu Futuro";----------
- No dia 20 de maio, a convite do CRC de Rocas do Vouga, no festival de ranchos;-------
- No dia 27 de maio, a convite da ACRPV, no espetáculo de patinagem artística, uma atividade lançada recentemente com perto de 40 atletas jovens;----------
- No dia 27 de maio, na apresentação do torneio de futebol infantil Fut'Vouga na JAP;--
- No dia 28 de maio, a convite da Associação Landsdsever, no 11º Passeio de Clássicos no Parque Urbano da Vila;----------
- No dia 09 de junho, a convite da Filarmónica Severense, no concerto da banda da Branca, no âmbito do aniversário da filarmónica;----------
- No dia 16 de junho, a convite da APCDI, na Festa das Flores;----------
- No dia 18 de junho, a convite do Vouga Sport Clube, na cerimónia de entrega de prémios do 49º Ralicross;----------
- Na cerimónia de abertura da Feira Nacional do Mirtilo e na entrega dos prémios nos torneios de futebol que ocorreram.----------

----------2 – Período de Antes da Ordem do Dia----------

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a Sérgio Silva.----------

Sérgio Silva – Eu queria, antes da minha intervenção, fazer uma nota prévia e informar esta Câmara, e todos os Severenses que, ao dia de hoje, a taxa de referência Euribor a um ano está nos 4% e vou ter o cuidado, a partir de agora, no início de cada assembleia e de cada período de antes da ordem do dia ir informando também as futuras subidas que se apresentam que é para os Severenses terem conhecimento e irem acompanhando o buraco financeiro que este executivo está a criar a médio e longo prazo em Sever do Vouga. Mas, venho aqui hoje falar de estradas. Queria dizer que, em Sever do Vouga, conheço uma autoestrada, a A25, que atravessa a freguesia das Talhadas e que está concessionada à Ascendi. Conheço estradas nacionais, a 328 que liga ao Alto da Decide às Talhadas e a Nacional 227 que passa na aldeia de Lameiras, em Couto de Esteves, as quais estão concessionadas à Infraestruturas de Portugal e conheço, ainda, dentro das estradas nacionais, a nacional 333 que, no que respeita à limpeza de valetas, está delegada na freguesia de Talhadas e a nacional 16 que está desclassificada desde 2001 e, num contrato ruinoso celebrado com esta Câmara, o Estado entregou essa estrada e a gestão à Câmara Municipal. O resto, e não sendo jurista, mas entendo que, não sendo autoestradas nem estradas nacionais, considero as outras todas estradas municipais e, dentro dessas, deixem-me dizer-vos que tenho conhecimento, através do boletim municipal de agosto de 2022, de uma lista extensa de estradas municipais em que a limpeza de valetas está entregue às respetivas freguesias. Mas, nessa extensa lista não encontro dois troços de estrada – o troço de estrada da municipal 569, entre a barragem da Ermida e a aldeia da Ermida, e a estrada que liga o coroamento da barragem de Couto de Esteves/Ribeiradio à mesma municipal 569. E, não sendo jurista, suponho que, não estando estas estradas, sendo elas municipais e não estando delegada a limpeza das valetas a nenhuma freguesia, parto do princípio que a responsabilidade da sua limpeza é do Município. Contudo, essas estradas estão, literalmente, abandonadas. A própria faixa de rodagem, com cerca de sete metros de largura, se fizermos uma projeção vertical das árvores e da vegetação lateral, sobram 3,5/4 metros e, qualquer dia, mal dá para passar um carro. Portanto, senhor Presidente da Câmara, em vez de, tal como fez neste boletim municipal de agosto de 2022, que eu considero que é o jornal da propaganda, em vez de apontar o dedo às freguesias daquilo que as freguesias devem fazer ou não, e se as freguesias limpam ou não, eu acho que o senhor devia era investir num espelho e começar a olhar para dentro e perceber o que é competência da Câmara e começar a limpar aquilo que é da competência da Câmara. Muito obrigado, senhor Presidente.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro.----------

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta. Nesta primeira intervenção, queria saudar em especial o senhor Presidente da Junta de Cedrim e Paradela, senhor José Sousa, que nos recebe aqui, hoje, nesta reunião descentralizada da Assembleia Municipal. E, como ponto prévio à minha intervenção do período de antes da ordem do dia, eu queria colocar uma questão ao senhor Presidente da Mesa e, também, admito que só o senhor Presidente da Câmara é que esteja, neste momento, em condições de responder, mas que foi suscitada pelas informações que o senhor Presidente da Mesa prestou à assembleia. Dentro dessas informações, estava aquilo que era a questão criminal que ocorreu numa reunião da Assembleia Municipal entre o anterior Presidente da Câmara e, hoje, vereador António Coutinho e o Dr. Pedro Lobo, atual Presidente da Câmara. Todos nós temos, neste momento, acesso à decisão judicial. Eu confesso que, sabendo que o processo estava pendente, durante todo este período de tempo não estranhei que o anterior Presidente da Câmara e atual Vereador não comparecesse às reuniões da Assembleia Municipal como, aliás, tinha vindo a fazer anteriormente. Olhando para aquilo que é a atual mesa, eu reparo que só estão colocadas seis cadeiras. Portanto, a minha pergunta era saber se havia notícia sobre se o Vereador

António Coutinho haveria renunciado ao mandato, se se mantém em funções ou não e se, por acaso, teria justificado ao senhor Presidente da Mesa a razão da sua ausência a esta reunião, tanto mais que já há sentença judicial que o condenou. Mas, de qualquer das formas, a questão ficou resolvida em termos judiciais, portanto, está ultrapassada e se aquilo que, porventura, motivava a razão de ele não estar presente era o facto de haver este litígio pendente, neste momento o litígio já não está pendente, portanto, perguntava ao senhor Presidente da Mesa se há alguma informação sobre esta matéria ou se, eventualmente, poderá, no âmbito dos seus poderes, perguntar ao senhor Presidente da Câmara se, por acaso, o senhor Vereador António Coutinho renunciou ao mandato para nós sabermos, afinal, porque razão é que só temos seis cadeiras quando a Câmara é composta por sete pessoas. Em segundo lugar, e agora, sim, entrando naquilo que é o período antes da ordem do dia propriamente dito, os temas que eu queria trazer prende-se com o facto de nós estarmos a caminhar para o meio do mandato. Nós sabemos que é normal que a Câmara que está em funções executivas, o senhor Presidente e os senhores vereadores têm funções executivas, sejam, muitas vezes, inundados por aquelas que são as preocupações e as ocorrências do dia-a-dia. Mas, é importante aproveitarmos estas assembleias municipais para ponderarmos sobre aquilo que são as questões estratégicas para o concelho e aproveitarmos, também, para debater sobre elas e vermos em que medida é que é possível esta assembleia, e cada um de nós por si, colaborar na prossecução desses objetivos estratégicos e que são enunciados, sabemos muitas vezes, nos instrumentos orçamentais, mas que convém, às vezes, pensarmos um pouco sobre eles. Eu diria que, olhando para aquilo que foi a campanha eleitoral anterior, houve temas que eram, de alguma forma, comuns enquanto preocupações dos Severenses. Podíamos não estar todos de acordo quanto à forma de os resolver, mas era importante que esses temas, que são temas estratégicos para o concelho, de vez em quando os saibamos debater aqui sem a pressão eleitoral e com a possibilidade de fazermos uma reflexão profunda. Um dos temas que sempre preocupou os Severenses e que é reiteradamente, na Assembleia Municipal, referido é a questão da saúde e não iríamos deixar passar mais uma Assembleia Municipal sem o referir expressamente. Outra das questões que sempre preocupou, também, é a questão das acessibilidades. Nós sabemos que, depois de ter sido prometida uma acessibilidade nova a Sever do Vouga pela Administração Central, de ter sido inscrita para ter apoio de verbas da União Europeia, que em virtude do programa ter sido chumbado na União Europeia por a União Europeia considerar que não se devia gastar tanto dinheiro nas acessibilidades, o governo teve que escolher aquelas que iria manter e aquelas que iria deixar cair e deixou cair a de Sever do Vouga. E ao deixar cair a de Sever do Vouga, o argumento foi não se preocupem porque havendo um leilão para a concessão dos 5G, as verbas desse leilão irão servir, entre outros investimentos, para pagar o investimento numa nova acessibilidade à A25 de Sever do Vouga. Portanto, a minha pergunta é se há alguma novidade. Sabemos que esse leilão está encrencado em Lisboa, há muito tempo já, mas era importante até porque, entretanto, mudou o Ministro e, verdade seja dita, o Ministério das Infraestruturas tem tido um tempo muito peculiar e alto intempestivo, a minha pergunta é se há interlocução em Lisboa ou se o Ministério de Infraestruturas continua embrulhado naquilo que são os problemas internos do seu gabinete e se se esqueceu daquilo que são os compromissos que têm para com os Portugueses e para com os Severenses em especial. depois, outra questão estratégica importante foi a questão da atração de novas atividades económicas e de atrair investimento para Sever do Vouga. E, aqui, é importante, também, termos em conta que já foram dados passos pela atual Câmara naquilo que foi a reformulação de algumas zonas industriais que são uma peça fundamental para fazer a atração desse investimento e que têm, evidentemente, um processo que está a decorrer, mas essa atração de investimento só se conclui quando novas empresas se instalarem. E, por fim, a questão da habitação. Falámos já várias vezes aqui dos erros, em termos de opções, que foram cometidos e que estão a ser corrigidos pela atual Câmara, nomeadamente na definição das áreas de reabilitação urbana e de se

definirem áreas de reabilitação urbana também para o centro de cada freguesia e não apenas para a sede do concelho. Só por si, essa opção não permite resolver todos os problemas de habitação que vão surgindo. Sabemos que há medidas de cariz mais social, como seja a habitação que é gerida e disponibilizada pelo Município e precisa de investimento, sabemos que há o apoio ao arrendamento. Era importante ponderar-se, porque isso demora tempo, algo que também se discutiu na campanha eleitoral e que pode ser útil na dinamização do mercado de habitação, que é a disponibilização, por exemplo, para venda em hasta pública de lotes aptos para construção. Eventualmente, sim ou não, já com um pedido de informação prévia deferido ou, eventualmente, até com um projeto já aprovado previamente pelo Município. E essas são, no fundo, questões estratégicas que era importante irmos ponderando, de tempo a tempo, para esse balanço contribuir para aquilo que é fundamental que é a Câmara não ficar apenas na questão daquilo que são os problemas do dia-a-dia dos Severenses, que são muito importantes e carecem de ser tratados, mas, também, na definição daquilo que são as metas de médio e longo prazo que o concelho precisa para se desenvolver de forma sustentável e atraindo população para Sever do Vouga que é o desejo de todos nós, julgo eu. Muito obrigado.----------

Presidente da Assembleia Municipal – antes de dar a palavra a Diana Paiva, e porque a observação é pertinente, como é evidente, não tenho conhecimento de que o senhor vereador António Coutinho tenha renunciado, porque vi a minuta da ata da última reunião de Câmara e ele esteve presente. A questão das cadeiras, apenas por um motivo, porque eu tinha a informação de que quer a senhora vereadora Paula Coutinho, quer a vereadora Inês Machado, não iriam estar presentes. Portanto, os lugares, por uma questão de facilitar aqui o acesso estavam resolvidos, mas não deixa de ser pertinente a questão e também se recordará que, na assembleia de 16 de dezembro, eu questionei o senhor Presidente da Câmara, para saber se o senhor vereador António Coutinho tinha apresentado alguma justificação para as sucessivas faltas às assembleias municipais. Na altura, foi respondido que não, não havia nenhum pedido de justificação para as faltas, portanto, continuamos nesse registo. Como sabem, não há nenhuma sanção, pelo menos que eu saiba, para as faltas dos senhores vereadores. Temos pena que seja assim. Diana Paiva, tem a palavra.---

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes membros do executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Viemos a Cedrim realizar esta assembleia e, como sempre, as gentes de Cedrim sabem receber e receber com qualidade. Sever do Vouga é uma terra com fortes potencialidades turísticas e todos os eventos são ideais para potenciar o turismo. Por isso mesmo, queremos dar os parabéns ao executivo pela forma como organizou dois eventos – a Feira Quinhentista e a Feira Internacional do Mirtilo. Estes eventos decorreram de forma exemplar, trazendo à nossa terra muita gente de fora. Aliás, na Feira Quinhentista, verificou-se, pelo número de pessoas que nos visitaram, que a localização é excelente. Algo que o PSD já tinha sugerido no passado. O mesmo se verificou na Feira do Mirtilo. Sever do Vouga pode e deve investir no seu potencial turístico como estamos a ver agora. Claro está que, ter uma zona de fruição do Couto em condições de ser usada, como verificamos agora, realizada pelo executivo, ajuda nesse potencial turístico de Sever do Vouga. Muito obrigada.----------

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a João Oliveira.--

João Oliveira – Obrigado, senhor Presidente. Muito boa tarde a todos. Permitam-me que comece por saudar o nosso anfitrião, José Sousa, Presidente da Junta da União de Freguesias Cedrim-Paradela. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhores deputados, senhor Presidente da Camara Municipal e restante executivo, Caros senhores presidentes de junta, Comunicação social, Meus senhores e minhas senhoras. Como todos sabemos, a saúde é uma das maiores preocupações da comunidade, se não a maior. Todos os meses fazemos descontos muito significativos para a Segurança Social e, quando necessitamos de apoio médico ou temos

que esperar imenso tempo por uma consulta, ou temos que ir para filas de espera de madrugada ou temos que recorrer aos serviços privados, quantas vezes sem posses financeiras para tal, ou morremos antes do tempo (perdoem a expressão). No caso concreto do nosso concelho, como sabemos o nosso Centro de Saúde continua com falta de médicos e deixámos de ter consultas ao sábado. Quanto às extensões de saúde, foram encerrando e neste momento temos apenas uma no concelho, em Couto de Esteves. Não sabemos por quanto tempo se vai manter. Temos a freguesia de Talhadas com médicos contratados pela própria freguesia. Bem sabemos que o Serviço de Saúde é da responsabilidade do Ministério da Saúde, mas compete ao poder local fazer as diligências necessárias, junto do poder central, para que a nossa comunidade, tenha mais e melhores serviços de apoio à saúde. Trata-se de um serviço fundamental, em primeiro lugar para as pessoas que cá vivem, mas também para aquelas que cá se pretendem fixar. Na assembleia municipal de fevereiro de 2023, O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal transmitiu-nos algumas das ações que o Município está a levar a cabo nesta área. Na assembleia municipal de abril de 2023 voltámos a tratar este assunto. Foi-nos transmitido que *"o Município tem mantido reuniões regulares com várias entidades, nomeadamente com a ARS Centro e com a ACeS"* e que *"os trabalhos para a realização do plano de saúde à escala concelhia estão a decorrer e na parte final"*. Será possível adiantar-nos algo mais sobre este plano, nomeadamente, quando será tornado público, que novidades vai trazer, e que melhorias e benefícios vai introduzir. A situação no nosso concelho degrada-se dia a dia e urge inverter esta situação. As pessoas estão cansadas e já não acreditam em promessas. Queríamos, ainda, referir o seguinte – tratámos nesta assembleia do acordo com a CIRA para o transporte intermunicipal de passageiros. Senhor Presidente da Camara Municipal, pode dizer-nos quando será colocado em prática, quantas carreiras existirão e custo previsto das viagens? Relativamente às bolsas de estudo, lamentamos que o apoio só seja concedido praticamente no final do ano (em maio ao que julgo saber). Faria todo o sentido antecipar o pagamento deste apoio. Por exemplo metade nos primeiros meses do ato letivo e a outra metade antes da Páscoa. Fica a sugestão. Face à situação climática atual a nível global e às políticas de preservação do ambiente, que defendemos, pensamos que faria sentido a utilização de um painel publicitário digital nesta vila. Já tivemos um. Sr. Presidente pode informar-nos sobre o paradeiro daquele painel publicitário e se é intenção do Município voltar a utilizar este instrumento ou outro similar? Temos um parque infantil no centro da vila com o piso em terra. Ao que julgamos saber, por questões de higiene e de segurança das crianças este piso não é o indicado para este tipo de estrutura. É intenção do Município alterar esta situação? Por fim, quero referir que me arrepio de cada vez que olho para uma caixa de eletricidade que se encontra no centro da vila, no Jardim do Lago, fechada com recurso aos arames que a envolvem. É um perigo. Urge resolver esta situação junto das entidades proprietárias da mesma. Obrigado a todos.- O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Dias.----------
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Excelentíssimos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e restante executivo e membros do executivo, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. Antes de mais, começo por agradecer ao senhor José Sousa, Presidente da União das Freguesias de Cedrim e Paradela, pela disponibilização da sala e por estarmos aqui hoje. Eu inicio esta minha intervenção, senhor Presidente, uma vez que, na última assembleia, não havia quase lugares, tais eram os funcionários da Câmara que estavam presentes e eu gostava de saber, senhor Presidente da Assembleia, uma vez que as assembleias municipais são realizadas fora do horário de trabalho, qual é a justificação para a sua presença e qual a sua compensação. Solicito, senhor Presidente, um esclarecimento verbal e escrito e depois apresentarei um requerimento. Tenho recebido atas de reuniões do executivo e a última, de 28 de junho de 2023, constava resumo diário de tesouraria no valor de € 79 489,23. Eu solicito, aqui, um esclarecimento cabal ao senhor Presidente da Câmara se este valor já

contempla, ou não, os valores dos protocolos de investimentos e de atividades para as freguesias. A freguesia de Talhadas ainda tem a receber valores de 2022. Estamos a meados de 2023, com toda a documentação entregue a tempo e horas, e o dinheiro ainda não apareceu na conta. Também sobre os protocolos de investimentos e de atividades para as freguesias, é a primeira vez, pelo menos para a Junta de Freguesia de Talhadas, que não tem o valor na conta ou, pelo menos, uma parte, até 30 de junho do ano corrente. Gostava, senhor Presidente, também de um esclarecimento cabal sobre esta situação. Também, senhor Presidente, já nas últimas assembleias, nas anteriores, tenho questionado sobre a pavimentação das várias curvas na E.N. 333, junto ao lugar da Ereira e no cruzamento para a Vide, bem como a reparação de algumas estradas e caminhos da freguesia a necessitar de obras. Também tenho questionado sobre a construção de um centro escolar na freguesia e a disponibilidade da Junta em apoiar. Sobre a saúde do concelho, senhor Presidente, tempos houve em que havia uma preocupação em escutar os presidentes de Junta, até houve reuniões para elaborar um plano estratégico de saúde e bem-estar para o concelho. Faz hoje seis meses que a extensão de saúde está fechada, está encerrada. Gostava de saber, senhor Presidente, como é que está a situação do médico, ou da sua substituição, uma vez que, muitas pessoas têm sido enganadas, têm-lhes dito que é na próxima segunda-feira. As pessoas vão para a extensão de saúde de Talhadas e estão lá meia hora, uma hora, para ver se vem alguém o não. Isto é vergonhoso e desmarcam consultas com os médicos contratados pela Junta a contar com isso. Peço que tenham algum cuidado e coloquem lá um aviso a dizer que não há médico. Senhor Presidente, auto de transferências de competências e recursos enviado pela jurista do Município, à Freguesia de Talhadas, no dia 22 de junho, quinta-feira, às 18:42, solicitando a resposta até 27 de junho, terça-feira, falando em reuniões havidas, contendo gralhas e inconsistências, nomeadamente ruas que aparecem sem nome, bem como referências à A25 e à 328. O acordo de transferências em vigor não contempla nenhuma limpeza da A25, nem ruas sem nome em Talhadas. Senhor Presidente, agradeço aqui um esclarecimento cabal deste assunto. Obrigado.----------
Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Jorge Graça.
Jorge Graça – Muito obrigado, senhor Presidente. Aproveito para o cumprimentar e aos restantes membros da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes da Junta, comunicação social aqui presente, funcionários da autarquia, público que nos segue via transmissão, minhas senhoras e meus senhores. Um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta e ainda um cumprimento a todos os Cedrinenses e Paradelenses por nos acolherem aqui nesta sessão. Já agora, duas notas prévias antes de ir à minha intervenção propriamente dita. A primeira é uma correção a uma afirmação do senhor Presidente da Junta de Talhadas, na última sessão da assembleia em que afirmou, eu li na ata, que não tinha nenhum apoio dos conselhos diretivos da freguesia. É verdade o que ele disse que, realmente, a gestão dos baldios não é da Junta de Freguesia, mas não é verdade que o conselho diretivo das Talhadas, na qual eu sou comparte e faço parte dos órgãos sociais, não contribua, e bastante, com a Junta de Freguesia, nomeadamente monetariamente e, agora, ultimamente, com catorze hectares de terreno que foram cedidos para alargamento da zona industrial a título gratuito. Portanto, é uma correção à Câmara. Portanto, temos colaborado e a última contribuição monetária foram vinte mil euros. Acho que o é seu a seu dono e aqui tem que ser reposta alguma verdade. Concordo com o senhor Presidente da Junta que, efetivamente, acho que os outros conselhos diretivos deviam contribuir muito mais e ajudar muito mais e participar muito mais com as obras da Junta, é verdade. Que fique aqui esta correção. Também se usa muito dizer nas comissões de inquérito e até aqui, eu também não sou jurista, e também não sou advogado de defesa do Dr. Coutinho, mas aquilo que eu sei, não sei se tem alguma coisa a ver com a resolução, vá lá, do processo judicial, que eu acho, e agora é a minha opinião pessoal, que hoje esse processo judicial não tinha existido, existiu fruto das frustrações, se calhar, das partes, se calhar de mal-entendidos, se calhar do calor de alguma coisa. Tenho quase a certeza que esse processo

hoje não teria início. Mas, eu penso que não terá a ver com isso. Eu penso que terá a ver com, e coincidentemente, o Dr. Coutinho deixou de participar nas reuniões desde que pediu, um dia, a palavra para a defesa de honra numa assembleia, se não estou em erro foi em Dornelas, e o senhor Presidente da Câmara não o concedeu a palavra como concede, como é o seu direito, aos outros vereadores, normalmente, para esclarecimentos. Mas, esta é a minha opinião. Ninguém me pediu para o fazer. É o que eu penso. Agora, indo propriamente a dois assuntos que eu trazia aqui que eu acho que são importantes debater. Um deles já foi aprofundado pelo meu colega e por vários intervenientes anteriores, que é o estado da saúde. Senhor Presidente da Câmara, venho novamente abordar a situação caótica em que se encontram os Serviços Saúde de Sever do Vouga. Como bem se lembra, no anterior mandato, não havia sessão da assembleia municipal em que não fossem reivindicadas melhorias nos serviços de saúde de Sever do Vouga por deputados, na altura, na oposição. Como agora já não o fazem, pelo menos com a mesma persistência, sinto-me no dever de o fazer, pelo interesse dos Severenses. Assim, reitero tudo o que já referi nas minhas anteriores intervenções sobre o assunto e, não me querendo repetir muito, sublinho que nunca a situação dos serviços de saúde no nosso concelho foi tão má. Apenas uma das extensões de saúde, a do Couto, continua a ter médico do SNS, isto é, nada se alterou nos últimos meses, com a exceção da freguesia de Talhadas que, graças ao esforço do executivo da Junta de Freguesia, resolveram a situação contratando, a Junta de Freguesia de Talhadas (JFT), médicos para assistirem à população. Não será a situação ideal, mas é sem dúvida melhor que não ter médico nenhum. Portanto, considero importante para a população de Talhadas esta opção da Junta de Freguesia. Relembro que a opção tomada pela Junta de Freguesia de Talhadas coincide com uma das propostas feitas pelo CDS ao executivo no anterior mandato, com vista a resolver a falta de três médicos na altura, o que acabou por ser resolvido através de concurso do SNS. Sabemos que a responsabilidade desta situação, que alastra pelo país, não é dos executivos camarários, mas é responsabilidade dos executivos lutar pela melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes. E não há qualidade de vida sem bons e acessíveis serviços de saúde. Portanto, Sr. Presidente, agradeço que nos responda às seguintes questões. Na falta de melhor solução imediata, porque não apoiar as Juntas de Freguesia do concelho a implementar uma solução idêntica à de Talhadas? Tenho ideia de que a Junta de Freguesia de Talhadas terá um custo de cerca de € 2 000,00 por mês com esta medida. Face aos parcos recursos económicos das Juntas de Freguesia, não seria uma boa medida da Câmara Municipal suportar estes custos? O senhor Vice-presidente da Câmara referiu, nas duas últimas sessões da Assembleia Municipal, que estariam a preparar uma resolução para este problema, mas que não adiantava de que se tratava, até para não arriscar a que as coisas corressem menos bem. Como até agora não nos apercebemos de qualquer resultado desse, designo-o eu, plano, gostava que nos informasse se já há algum resultado desse plano ou se, pelo menos, já nos podem desvendar de que se trata? Também, pelo que me foi transmitido, foi referido pelo senhor Vice-Presidente, na última sessão da assembleia municipal a que eu faltei, que haveria algumas juntas de freguesia a prejudicar as negociações com a ACeS do Baixo Vouga. Confirma que existe este comportamento por parte de algumas juntas de freguesia e se sim, pode dizer quais? No mínimo estranhamos que isto possa acontecer pois penso que será do interesse de todos que a situação se resolva ou melhore o mais rápido possível. Em relação à Extensão de Saúde de Talhadas, consta-se que o executivo teve uma reunião com o anterior médico desta extensão, o senhor Dr. Gonçalves, com vista a que ele pudesse continuar a prestar serviço após a sua recente aposentadoria. Confirma que houve esta reunião? Se sim, quais os resultados da mesma? Tal como referi na sessão de 30 de setembro de 2022 e repeti na sessão de 24 de fevereiro de 2023, volto a afirmar que temos consciência do deficiente estado do SNS em Portugal, especialmente devido à falta de médicos, e temos presentes as dificuldades criadas pela interioridade no que à fixação de pessoas e também dos médicos diz respeito, e que Sever do Vouga também padece, queria voltar perguntar-lhe, senhor Presidente, se este executivo

está a dar seguimento ou a preparar algum conjunto de medidas com vista, não só a que os médicos concorram para, mas também que se fixem e permaneçam em Sever do Vouga? Senhor Presidente, mudando para outro tema, também importante, gostaria que nos informasse o que já foi, o que está a ser e o que será feito pelo executivo, com vista à prevenção de incêndios florestais? Qual o estado da limpeza das faixas de gestão de combustível? Parece-nos que ainda muito pouco está feito. O que será feito no imediato? Como se lembrará, na reunião de apresentação do POM, foram identificados alguns pontos de água com problemas. A acessibilidade e operacionalidade dos pontos de água para combate a incêndios do concelho está assegurada? Quanto à limpeza de estradões e estradas que não estão englobadas nos protocolos de limpeza com as juntas de freguesias, para quando está prevista a limpeza, pelo menos das principais? Dou, meramente como exemplo, a estrada da Silveira para a Santa Maria, em que a faixa asfaltada está tomada em grande parte por silvas e arbustos de ambas as bermas. Já nem falo dos estradões em terra batida. Muito obrigado.----------

Presidente da Assembleia Municipal – Só um esclarecimento relativamente à questão de não dar a palavra ao senhor Vereador António Coutinho… justifiquei porquê. Se isso é motivo para deixar de vir às assembleias… mas, também não sabemos se é. Está esclarecido. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra se assim entender.----------

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimas senhoras vereadoras e senhores vereadores, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Começo por agradecer ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedrim e Paradela a disponibilidade para receber esta sessão da Assembleia Municipal em Cedrim. É, para mim, um gosto poder estar nestas instalações, ciente de que no tempo deste nosso mandato, tudo fizemos para melhorar a qualidade de vida dos munícipes que aqui residem e aqui fazem a sua vida. Com muito esforço e empenho, conseguimos concretizar entre outras a beneficiação da Rua do Porto do Carro, em Paçô de Cedrim, os arranjos exteriores do cemitério, a estrada da Recochina, a beneficiação da Zona industrial de Cedrim. Quero aqui expressar que é para mim essencial a excelente relação de colaboração com o Senhor Presidente da União de Freguesias, importando ter presente que existe um compromisso institucional de articulação entre as autarquias, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos munícipes e fregueses. Só assim foi possível, ao longo do nosso mandato, obras como a Beneficiação da Rua do Porto Carro, em Paçô de Cedrim – Fase 2, € 112 328,20; Cemitério de Cedrim – Arranjos Exteriores € 146 732,67; Rua das Flores, € 16 399,00; Construção de Muro na EN16, € 3 979,66; Limpeza da EN16, € 16 890,30; Colocação de Guardas Metálicas de Segurança, € 2 496,30; Rua da Cabria – Troços 4, € 4 434,36; Rua de Peije – Troços 4, € 4 605,14; Rua da Tapadinha e Tua da Tapada – Troços 4, € 8 823,04; Muro na Praia Fluvial Quinta do Barco – Limpeza de Estacionamentos e Vedações, € 68 872,41; Mirantes do Vouga – Limpeza da EN16, Limpeza, Reparação e Pintura de Muros de Sinalização, cerca de 50% da obra, € 43 111,69; Largo Junto ao Coreto de Carrazedo, € 10 038,20; Estrada da Recochina, Rua da Recochina, Rua do Zevedinho e Rua do Porto Moinho, € 133 560,00; Largo da Escola, Rua do Campo de Futebol, Rua dos Moinhos, Rua Vale Loureiro, Viela da Recochina, cerca de € 30 000,00; Zona Industrial de Cedrim, Limpeza Parcial e Criação de Plataformas para Quiosque e Estacionamento, que iremos avançar em breve, cerca de € 20 000,00. Estamos a falar num total de € 468 503,59. Não me lembro que se tenha feito, em tão pouco tempo, tanto investimento na União das Freguesias de Cedrim e Paradela, e nem sequer estou aqui a colocar todo o esforço que fizemos junto do IP para que a EN328 fosse devidamente reparada. Em colaboração com a Junta, pavimentação parcial da Rua Quinta da Costa, que se encontra em calçada, em Cedrim; pavimentação da Viela Nossa Senhora da Boa Hora, em Paradela, num total de € 33 130,00; construção de um parque de estacionamento e lazer no lugar da Fonte Fresca, em Paradela, € 20 447,00; pavimentação da Rua da Arcela, em Paradela, pavimentação da

Rua dos Castanheiros, em Cedrim, € 31 693,00; construção de um muro de suporte à Rua da Portela, em Paradela, € 3 784,00; aquisição de terrenos para a construção dos murais dos ex-combatentes, € 20 270,00; aquisição de moradia para o alargamento da Rua Dr. Raúl Gomes, € 6 500,00; aplicação de iluminação no cemitério de Paradela, € 26 370,00. Falamos num total de investimentos de € 610 700,00 em pouco mais de um ano que estamos na Câmara Municipal. Respondendo, agora, ao senhor António Monteiro – IC35, foi feito um concurso, como sabem, existe já uma empresa a quem irá ser adjudicado o projeto estando, neste momento, à espera de uma documentação do Tribunal de Contas. Temos estado a trabalhar, juntamente com o senhor Ministro e o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, aliás, o adjunto do senhor Ministro das Infraestruturas visitou-nos durante a Feira do Mirtilo, deu-nos precisamente a garantia disso, de que iriam avançar e, portanto, estamos muito esperançosos que avance rapidamente e que sejam cumpridos os prazos que nos foram apresentados e que já foram divulgados no nosso boletim municipal. Não posso deixar de referir, também, no âmbito da Zona Industrial de Cedrim que, como sabem, através da segunda alteração da primeira revisão do PDM, sofreu uma ampliação, mas ainda dentro da zona já existente, optamos pela criação de seis novos lotes, sendo que todos tiveram interessados, todos serão vendidos e todos levarão à criação de novas empresas e fixação de novos postos de trabalho. Não posso, também, deixar de ficar muito satisfeito com a criação, em breve, da primeira comunidade de energia em Sever do Vouga que será, precisamente, na Zona Industrial de Cedrim. O procedimento para essa criação veio à última reunião de Câmara. Para além de todas as medidas que temos feito, no sentido de melhorarmos as condições, sejam através da criação das ARUs, vamos também proceder à alteração do regulamento do PDM, sendo que já se iniciou o período normal para a terceira revisão do PDM. Relativamente à saúde, se há uma parte comum em todos os discursos que eu aqui ouvi, é que a responsabilidade ou a competência da saúde não é, seguramente, da Câmara Municipal. Todos reconhecem que o Estado, que o governo está a falhar em todos os aspetos, agora não compete aos presidentes de Câmara legislarem, não compete aos presidentes de Câmara contratar médicos. A contratação ilegal de médicos é algo que apenas efetivamente dificulta as negociações que temos tido, quer com o senhor Ministro da Saúde, quer com a responsável da ARS, quer com o Dr. Pedro Almeida, quer com todos, e, sinceramente, acho que não resolve absolutamente nada porque contratar um médico cuja única coisa que pode fazer é passar receitas sem ter o acesso, como nós gostaríamos e como nós exigimos, ao Sistema Nacional de Saúde, acho que não vale de nada. A única coisa que serviu foi, precisamente, para inflacionar os preços dos médicos com quem estávamos a negociar para virem para os nossos centros de saúde a quem a Câmara iria, naturalmente, terá que suportar algumas despesas e que, perante os preços que estão a pagar a outros médicos, estão a exigir muito mais, o que nos dificultou muito as circunstâncias. Senhor João Oliveira, sobre a saúde já lhe respondi. Sobre o parque infantil no jardim do lago, cumpre todos os requisitos legais e está, precisamente, em terra batida porque cumpre todos os requisitos legais. Tem a ver com a segurança. Um novo parque irá ser feito, muito em breve, no parque urbano da vila conforme nós já tivemos oportunidade de dizer. Relativamente ao painel publicitário que se encontrava lá, há muitos anos que ele não funcionava e será, no âmbito de uma candidatura, colocado um novo painel também muito em breve. Não será com aquelas dimensões, será com outras dimensões, mas ali à volta será colocado. Senhor Sérgio Soares, que bom voltar a ouvi-lo nas assembleias municipais. Estávamos todos preocupados. O que é que se tinha passado com o senhor Sérgio Soares? E é bom perceber que o senhor continua exatamente igual. Relativamente às obras que estão a ser feitas com o dinheiro do empréstimo contraído contra a sua vontade, portanto, obras que o senhor não desejava ver no nosso concelho, as obras estão a decorrer a bom ritmo. Avançamos já com praticamente todas. A única cujo projeto nós ainda não concluímos foi junto da estrada da Arrôta na frente ribeirinha de Pessegueiro, do lado esquerdo, que ainda não temos o projeto concluído. De qualquer forma, este empréstimo, como sabe, teve de

ser contraído face ao facto do anterior executivo ter iniciado obras sem projeto, sem adquirir terrenos e sem dinheiro para as executar, portanto, tínhamos uma hipótese, ou não fazíamos nada, sofrendo as populações com isso, ou teríamos que contrair este empréstimo e em boa altura o fizemos. Eu fico com pena que o senhor ache que os severenses não merecem a piscina, que o senhor ache que os habitantes de Dornelas e de Silva Escura não mereçam uma estrada digna, que os habitantes de Paçô não mereçam um largo tão bonito como aquele que existe no Couto de Esteves. Enfim, tenho pena disso. De qualquer forma, quero apenas lhe dizer quanto aos anúncios de que foi feito, por muito que lhe custe, a informação publicitada no boletim não foi inventada. Não foi assinada por mim, foi assinada pelo meu antecessor e foi assinada por si. Está assinada e produziu efeitos. E quem estiver por bem, não pode temer a partilha de informação com a população. Naturalmente, vejo-o muito preocupado com estradas que, se o senhor ler o auto de transferências e recursos não são da competência da Câmara Municipal, mas, já agora, e porque assumi esse compromisso público com os cidadãos do Couto de Esteves, uma vez que o senhor não procede a limpezas na sua Junta de Freguesia, a Câmara mandou limpar a zona de fruição e, naturalmente, esperamos que, nas próximas reuniões, com calma, com serenidade, se possa resolver esta questão e que o senhor possa devolver o dinheiro que recebeu para fazer limpezas que nunca fez e, de uma vez por todas, as coisas comecem a funcionar. Senhor António Dias, sobre a questão dos funcionários, as sessões são públicas, vem quem quer. Não há obrigação nenhuma. Fico contente. É normal que os funcionários, estando interessados nos assuntos, queiram vir e eu fico muito contente com isso. Quanto aos protocolos de investimentos, foram falados com todos os presidentes de Junta e foi-lhes dito como é que iria ser feito este ano. De qualquer forma, está aqui o senhor José Sousa, é muito fácil, quem cumpriu com os anteriores protocolos de investimentos receberá, naturalmente, novos protocolos de investimentos. Quem não cumpriu, eu recordo-me, tenho aqui mais ou menos, acho que o senhor tinha dito que iria fazer € 250 000,00 de investimentos e depois, no final, comprou um armazém, disse que não tinha sido com a Câmara, foi um terreno do Seixo que já tinha sido financiado e o senhor veio pedir financiamento outra vez. São coisas assim. Mas, se quiser, o senhor que fale. Terei todo o gosto em falar sobre o assunto.----------

Sérgio Silva pediu autorização para fazer uma interpelação à Mesa.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Sérgio Silva.----------

Elga Maria do Amaral Martins da Silva abandonou a sessão às 18:05.----------

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente da Assembleia. Já é inoportuno o momento desta interpelação à Mesa. A minha interpelação era para chamar a atenção de que a primeira parte do discurso do senhor Presidente da Câmara também foi totalmente despropositada e foi uma mera sessão de campanha eleitoral, mas depois o senhor Presidente acabou por compensar e respondeu às perguntas todas, e até nos animou porque disse algumas coisas interessantes. Eu vou seguir o exemplo da minha colega, Elga, e também vou sair da sala atendendo aos disparates que o senhor Presidente da Câmara disse na sua intervenção. Muito obrigado.----------

Sérgio Soares da Silva abandonou a sessão às 18:09.----------

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Junta, ao contrário do que diz, no período de antes da ordem do dia está contemplada a apresentação e apreciação de assuntos de interesse local, tratamento de assuntos relativos à gestão municipal com eventual interpelação à Câmara. Portanto, entendi que estava enquadrado no ponto de antes da ordem do dia e o tempo foi cumprido.----------

António Dias pediu para intervir, mas o Presidente da Assembleia Municipal informou-o de que já tinha esgotado o seu tempo, pelo que não podia intervir naquele ponto.----------

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a José Sousa.----------

José Sousa – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, membros da Assembleia

Municipal, público presente, comunicação social. Apenas para esclarecer aqui um ponto que eu acho que está-se a ir longe demais em relação a este assunto que é o protocolo das limpezas e o dos investimentos. Eu penso que a Câmara Municipal deve cumprir com a parte que foi acordada e as juntas de freguesia também o devem fazer para evitar este tipo de situações. Em relação aos investimentos, o que foi acordado, no início do mandato, recordo-me como se fosse hoje, estavam todos os presidentes de Junta presentes, estava o executivo municipal, estava o Dr. Luís e outros presentes e o que foi combinado foi que os investimentos eram realizados no corrente ano até 30 de março do ano seguinte. Depois, reelaboraram o documento e fizeram uma correção, que não deviam ter feito, sem informar os presidentes de Junta, em que puseram o tempo limite de 28 de fevereiro. As juntas de Freguesia que não fizessem a execução do investimento até 30 de março, dos € 75 000,00 que cada uma tem direito, no ano seguinte receberiam só o valor que tinham investido. Foi isso que ficou combinado e acho que era assim que o senhor Presidente da Câmara devia trabalhar. As juntas de freguesia que investiram dinheiro agora está no momento de o pôr novamente na conta para nós termos dinheiro para investir em 2023. Aquelas que não investiram, acho que devem transferir apenas o valor que investiram. Foi isso que ficou combinado, é isso que deve ser seguido no meu entender. Em relação ao protocolo de limpezas, discordo bastante do que se passou nos últimos dias, mas eu penso que o senhor Presidente da Câmara irá gerir isso da melhor forma para que isso tenha um final feliz. Obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria intervir na sequência da intervenção de José Sousa.----------

Presidente da Câmara Municipal – Só dizer que, efetivamente, foi assim que se passou. Relativamente ao auto de transferências e recursos, como sabem, foi uma opção do anterior executivo fazer um auto de transferências de competências e recursos, mediante uma lei que existia, em que foram transferidas uma série de competências para as juntas de freguesia, nomeadamente a limpeza dos espaços verdes, a limpeza das bermas e das valetas, a limpeza dos PR e, com base nisso, foram também transferidas uma série de recursos. Aquilo que nós viemos a verificar é que a lista de vias municipais estava completamente incorreta. Nós não tínhamos o técnico de SIG que elaborou este novo mapa. Foi enviado para as juntas de freguesia e, em conjunto com as juntas de freguesia, naturalmente, será corrigido para que se possa pôr tudo direitinho. É só isso que nós pretendemos. Em relação ao protocolo de investimento, é exatamente assim. Quem fez os investimentos, muito bem. Quem não fez os investimentos, muito bem na mesma.----------

---------- **3 – Período da Ordem do Dia** ----------

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------

Presidente da Câmara Municipal – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimas senhoras vereadoras e senhores vereadores, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. A informação escrita, elaborada com base na informação dos serviços municipais, vem partilhar convosco a comunicação do trabalho desenvolvido pelo Município de Sever do Vouga nos últimos meses. Destaco, com enfoque, as visitas do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território ao nosso concelho. Estas visitas mostram-se fundamentais para o nosso Município pois, a partir destas, poderemos criar condições proporcionadoras de novas oportunidades para o nosso território, tais como a melhoria dos serviços básicos à população. É através do fortalecimento de relações institucionais que são expressas as nossas necessidades e preocupações, enquanto severenses, e se poderá cativar os apoios do Governo Central para a obtenção de apoio a iniciativas locais e regionais. O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, Dr. Jorge Alves, foi recebido, nos Paços do Concelho, com objetivo de o sensibilizar para a necessidade de criação de um juízo de Competência Genérica em Sever do Vouga, proporcionando uma melhoria

significativa ao sistema judiciário concelhio. O senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Dr. Carlos Miguel, visitou o nosso concelho, no dia 17 de junho. Esta visita oficial iniciou-se no Edifício dos Paços do Concelho e estendeu-se aos locais estratégicos para o desenvolvimento do nosso território. Durante a visita foram abordados temas estruturantes para a região, tais como: a candidatura efetuada, pelo Município, e que poderá trazer fundos fundamentais para a reposição dos danos resultantes das intempéries. A visita destes representantes do Governo reforça o interesse e relembra o compromisso que estas entidades têm para connosco, severenses. Pese embora, tendo a consciência de que estas ações só poderão resultar positivamente aquando de acompanhadas de ações concretas e duradouras. É minha convicção que este é o primeiro passo de um comprometimento contínuo que permitirá o desenvolvimento e progresso da região. Acredito que este tipo de sinergia deve estender-se, da mesma forma, às entidades concelhias que contribuem para a nossa missão diária, enquanto órgão decisor das políticas públicas. Por isso, acompanhei a APCDI – Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado na sessão de entrega dos contratos e projetos aprovados, no âmbito da medida "Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais", enquadrada no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). O Município decidiu apoiar, desde o primeiro dia, a criação de condições que possibilitem a fixação dos seus munícipes, nomeadamente, no apoio à criação e alargamento de respostas sociais dedicadas à infância, embora não tenha competência direta sobre a matéria, está empenhada em unir esforços para uma melhoria da qualidade e da oferta. Investir na educação, no nosso concelho, é essencial também para o desenvolvimento da comunidade, capacitando os seus membros, fortalecendo a identidade local, promovendo a inclusão social e impulsionando o progresso em várias áreas. Nesta linha de pensamento, o Município tem vindo a desenvolver diversas atividades, tais como, ações de sensibilização á comunidade escolar, receção da XXIV edição dos Jogos da Matemática, apresentação, ao pessoal docente do AESV, do projeto "Terras de Se Ver e Apreender" e atribuiu 40 Bolsas de Estudo para apoio de estudantes severenses. O Município tem desenvolvido uma série de atividades comunitárias com realce na preservação do meio ambiente e com vista à conservação e preservação dos recursos naturais, bem como à atenuação dos impactos negativos no Meio Ambiente. Realizou-se, em conjunto com a Associação SeVerde e o CDC Paradela, árias atividades associadas ao movimento Plogging Challenge Portugal, vocacionadas à população escolar do ensino Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga. O Dia Mundial do Meio Ambiente foi marcado pelo encerramento da atividade "A Viagem pelo mundo da Água da Torneira". A iniciativa, que decorreu no Centro das Artes do Espetáculo de Sever do Vouga, juntou alunos do terceiro ano do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga (AESV) e três turmas do concelho de Ovar. O programa comemorativo, organizado pela AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A., em parceria com o Município e o AESV, incluiu a entrega de prémios aos vencedores da iniciativa "A Importância da Água em Sever do Vouga". O Município concretizou algumas operações de limpeza em diversos espaços, particularmente, no Parque Urbano da Vila, no Jardim do Lago, no Parque Severi, na Avenida Augusto Martins Pereira, na Ecopista do Vouga - entre a Foz e Paradela, corrigindo algumas condições de higiene e salubridade do Espaço Público. A Quercus atribui a bandeira "Praia com Qualidade de Ouro 2023" à Praia Fluvial Quinta do Barco, pois esta reúne os critérios de boa qualidade. Este galardão associado à aposta na requalificação e manutenção dos espaços adjacentes à praia é prova de que somos um concelho capaz de retirar potencial do melhor que a nossa Natureza tem e criar condições benéficas ao desenvolvimento económico e social de forma sustentável. Ainda com vista à Preservação do Meio Ambiente, a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Sever do Vouga, que congrega as principais entidades relacionadas com a área florestal concelhia, reuniu no dia 26 de abril, com vista a coordenar a estratégia de gestão integrada de fogos. Nesta reunião foram abordados temas como a gestão de combustível, a

rede primária, a rede secundária, a vigilância florestal e a rede de pontos de água. Foi, também, apresentado o Plano Operacional Municipal de Sever do Vouga onde constam os mecanismos de coordenação entre as diversas entidades e organismos envolvidos nas ações de vigilância, deteção, fiscalização, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio. O Município tem vindo a apostar, de uma forma transversal, na prática desportiva, quer no apoio aos Clubes e Associações, quer na dinamização direta e indireta de iniciativas nesta área. Voltamos a apresentar "As manhãs no Parque Urbano – Sever a Mexer!", criamos a iniciativa "Pequenos em Movimento" e reforçamos a frequência, nas freguesias, do "A(concelho-te) a Mexer!". Mantemos o nosso desígnio de fomentar a valorização do nosso concelho como a "Capital do Mirtilo", pelo que foi realizada, com sucesso, a XV edição da Feira Nacional do Mirtilo que enalteceu Sever do Vouga dentro e fora de portas. Muito obrigado, senhor Presidente.----------
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Dias.-----
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se cumprimentados na sua presença. Antes de mais, senhor Presidente da Câmara, ponto número um, o senhor quer falar da Junta de Freguesia de Talhadas candidata-se à Junta de Freguesia de Talhadas. O senhor fala aqui de investimentos da Junta, o senhor não tem nada a ver com o que a Junta de Talhadas executa ou orçamenta. O que eu lhe enviei, como Presidente de Junta, foi uma estimativa, que foi aquilo que nos foi pedido às juntas. Uma estimativa dos investimentos que a Junta de Freguesia tencionava realizar. Sim, senhora, foram apresentados muitos investimentos. Uns foram realizados, outros não foram realizados. O que a Câmara se comprometeu, na primeira reunião com os presidentes de Junta, e relembro, a única reunião em que o senhor Presidente da Câmara esteve presente, até hoje, comigo, não sei o que é que se passa, se tem medo dos presidentes de Junta, pelo menos de mim, o senhor não esteve presente em mais nenhuma. Isto é vergonhoso. O senhor está na Câmara e não vai às reuniões. E mais, convocaram os presidentes de Junta, pelo menos eu, e o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vice-Presidente, e o senhor não pôs lá os pés e há um Presidente de Junta que o viu lá dentro.----------
Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Junta de Talhadas, vai-me desculpar, mas vai-me ouvir. Primeiro, acho que o tom de voz não é adequado para uma sessão da Assembleia Municipal. Em segundo lugar, vai-me permitir, por enquanto sou eu que conduzo os trabalhos, portanto, vai ter que respeitar. Creio que está a extravasar completamente o tema que temos em discussão que é a informação escrita do senhor Presidente da Câmara. Se persiste nisso…----------
António Dias – Não, eu vou avançar. Que fique bem claro que os investimentos são da competência da Junta. A Junta gastou € 75 000,00 e entregou-vos a documentação toda. E mais, que não volte a repetir que a Junta não cumpre. Atenção, que não volte a repetir isso. Está lá a documentação toda, noventa e quatro folhas. Atenção, que não volte a repetir isso. Nem você, nem ninguém do executivo, nem ninguém dos funcionários. Se não, vai ter que haver outra solução que é, eventualmente, o que você fez ao senhor Presidente da Câmara anterior que é uma vergonha. Sou completamente contra. Fui insultado e isto é vergonhoso. Na informação escrita fala-se de limpezas. Eu fui à Feira Nacional do Mirtilo e, pasmem-se, silvas. Possivelmente aquilo é para dar amoras, também está agora em voga a venda de amoras, deve ser. Portanto, quando o senhor Presidente da Câmara fala das juntas, olhe primeiro para o que se passa no município. e mais, Feira Nacional do Mirtilo. Não fui só eu, houve mais pessoas que aqui estão dentro que viram, que assistiram e que tiraram fotografias. E estão lá silvas ainda. Senhor Presidente da Câmara, primeiro, as reuniões marcadas pelo executivo municipal são sempre dentro do horário de trabalho. Muitas vezes marcam e não aparecem. O Presidente da Junta de Talhadas vem para Sever do Vouga e eu pergunto, será que não havia possibilidade de marcar fora do horário de trabalho? Eu digo por mim e, se calhar, pelos meus colegas. Senhor Presidente, tive ontem uma visita da ERSAR, julgo que a pessoa até foi contente pelo que viu, pelo que analisou. As análises estavam fantásticas,

portanto, julgo que, pelo menos, não está a cem porcento, mas para lá caminha. Senhor Presidente, pergunto-lhe como é que está o regulamento dos madeireiros. Falou aqui, há muito tempo, até foi o senhor Vice-Presidente que abordou. Tenho as ruas todas sujas quando os madeireiros cortam a madeira. Gostava de saber para quando esse regulamento. Senhor Presidente, para terminar, o senhor Presidente, foi para colocar sinalização vertical no lugar da Póvoa e, pelo que sei, a lomba ainda não foi colocada. Gostaria de saber algo sobre isso. Por último, está uma placa com a indicação da localidade de Talhadas partida, há quatro ou cinco anos, e eu pergunto quando é que ela será ou conservada, reparada, ou substituída. Senhor Presidente, antes de mais, termino. O senhor pode dizer o que quiser dos seus, mas a mim não. O senhor, aos presidentes de Junta pode até nem lhes dar os € 75 000,00, ao das Talhadas vai dar. Obrigado.----------
António Fernando da Silva Dias abandonou a sessão às 18:26.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Isabel Tavares.----------
Isabel Tavares – Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa e restantes membros, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e restante executivo, caros presidentes de Junta, restantes deputados municipais, boa tarde a todos. Hoje venho aqui falar da floresta e dos javalis. Diariamente ouvimos queixas dos agricultores sobre ataques de javalis às suas culturas. Pode o executivo criar mecanismos pontuais para tentar mitigar este problema, mas o problema tem de ser resolvido na sua génese. São os especialistas que o dizem, e ouviu-se isto mesmo da boca do representante dos caçadores, na reportagem da SIC Notícias, sobre o problema vivido no nosso concelho; o diagnóstico é claro – o nosso território está 80 a 90% com eucaliptal e os javalis no eucaliptal não encontram alimento; têm de o procurar nas terras de cultivo. O diagnóstico feito pelo sr. Presidente da Câmara aponta para os incêndios. Ambos estão certos, na minha opinião. A monocultura do eucalipto compromete a biodiversidade e facilita a propagação dos incêndios. Se ainda existe uma fatia dos severenses cuja economia familiar depende quase exclusivamente da floresta, acredito que não seja já a maioria. É a essa maioria que me refiro hoje; para que olhem para a floresta como o futuro dos seus filhos, não em termos meramente financeiros, mas de condições para viver, como um sorvedouro de carbono e uma fonte de oxigénio, indispensável à vida humana, além de regular os níveis de temperatura e humidade à superfície da terra. Estamos na auto estrada para o inferno, com o pé ainda no acelerador. As piores previsões dos especialistas estão constantemente a ser antecipadas e só nos preocupamos com o lucro. O tempo está a esgotar-se; estamos a esgotar os recursos do planeta. Convido todos a ler os dois últimos artigos sobre o assunto no jornal Terras de Sever, da autoria da engenheira Sandra Silva e sobre eles refletir. Uma árvore quando morre, seja de morte natural ou por corte – liberta cerca de 65% do carbono que reteve durante a sua vida; por isso, se cortarmos apenas 1 ou 2 árvores numa floresta, as restantes absorvem esse carbono libertado; mas se cortarmos toda a floresta, esse carbono voltará para a atmosfera. Da informação escrita do senhor Presidente percebemos que a preocupação e ação do executivo, até agora, tem sido dirigida fundamentalmente para a mitigação dos efeitos e não para as causas. É urgente reconverter a nossa floresta, para espécies mais resilientes, de modo a garantirmos o futuro das próximas gerações. Por isso, espero que num futuro próximo possam ser implementados apoios a essa reconversão florestal. Termino com um pensamento ilustrativo do que acabei de dizer: *"Quando um homem planta uma árvore, sabendo que nunca irá sentar-se na sua sombra, começou a entender o sentido da vida"*.----------
Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Renata Marques.----------
Renata Marques – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, excelentíssimos senhores presidentes das juntas, excelentíssimos senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores. No seguimento da análise da informação escrita onde a educação, está e muito bem contemplada, e como estamos a terminar o ano

letivo importa referir que estou inteiramente de acordo com o senhor presidente quando diz que "Investir na educação, no nosso concelho, é essencial também para o desenvolvimento da comunidade, capacitando os seus membros, fortalecendo a identidade local, promovendo a inclusão social e impulsionando o progresso em várias áreas". E antes de mais gostaria de expressar a minha gratidão a todos os professores, diretores, funcionários e alunos que se empenharam ao longo do ano letivo. As vossas contribuições são fundamentais para o desenvolvimento educativo e pessoal dos nossos jovens, e é graças a vós que as nossas escolas se mantêm como pilares essenciais da nossa sociedade. Agradecer ainda ao Vougapark e município pelo desenvolvimento de concursos e projetos que envolvessem os jovens do nosso concelho, proporcionando espaços colaborativos de desenvolvimentos de competências e Promovendo um espírito crítico e que ativasse a participação dos jovens na vida do nosso concelho. Gostaria ainda de agradecer a todas as associações de pais e encarregados de educação, Juntas de freguesia e camara municipal, por estarem atentos e ativos e responderem a todas as solicitações no desenvolvimento de ações que tenham promovido o desenvolvimento de competências e felicidade nas nossas crianças. Que Sem esse apoio dificilmente alguns dos meninos teriam, por exemplo, acesso a visita de estudo. Bem hajam. Ainda relativamente à informação escrita, gostaria e sugeria que numa próxima esta contemplasse o assunto saúde e segurança, e as ações que têm sido feitas no nosso município. No que toca a obras municipais, eu considero que a obra de um executivo é mais do que as obras de betão. Mas obviamente que estas têm impacto no melhoramento das condições de vida e bem-estar. Nesta informação escrita houve duas que despertaram o meu interesse, a 1ª Reabilitação e requalificação do largo de são Mateus que tem uma série de suspensões e pedia esclarecimento sobre estas suspensões e se com elas houve aumento de custos. 2ª é a Requalificação da Piscina, está suspensa desde 9-09-2022 há quase 1 ano, ainda continua suspensa? Antes de sair, gostaria apenas de informar que ontem ocorreu uma reunião na Câmara para o desenvolvimento do plano municipal da Juventude. Foi uma reunião interessante e dinâmica, dinamizada pela CNJ, com o envolvimento de alguns jovens, onde conclui que os jovens querem participar e intervir, mas precisam que se criem canais para tal e ainda que um dos maiores constrangimentos dos jovens no nosso concelho é o transporte dentro do município. Foi, ainda, detetada a falta de ocupamento e dinâmicas diurnas para jovens a partir dos 14 anos, com o agravamento inclusive da falta de transporte, após as aulas terem terminado. Muito obrigada.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Alexandre Rocha.----------

Alexandre Rocha – Muito boa tarde a todos. Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa e os restantes membros, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores vereadores, caríssimos deputados da Assembleia Municipal, senhores presidentes de Junta, público aqui presente e público que nos assiste lá em casa. Em relação à informação escrita e em relação a iniciativas e atividades desenvolvidas no nosso concelho, quero realçar um evento que já foi falado, a Feira Nacional do Mirtilo. Temos um evento que também foi desenvolvido durante este mês de junho, que foi o 49º Ralicross, na pista do Alto do Roçário, nas Talhadas. Estes eventos engrandecem o nome de Sever do Vouga e serão, do nosso ponto de vista, essenciais na continuidade do desenvolvimento do desportivo e cultural de Sever do Vouga. Este 49º Ralicross, sem dúvida, que foi um dos maiores eventos realizados, até à data, na pista do Alto do Roçário. Segundo dados que já estão apurados, foi um dos eventos que bateram todos os records em termos de afluências, bem da bilheteira, ou seja, tudo o que foi o investimento, por parte deste Município, em conjunto com a dinâmica do Vouga Sport Clube, foi uma aposta ganha com certeza. Nós já assistimos a uma grande mudança nas condições, tanto para pilotos, como para público e equipas. Acho que está na altura de tentar pensar em voos mais altos por parte do Vouga Sport Clube e da Câmara Municipal. Acho que estão reunidas todas as condições para fazermos grandes eventos. A nível nacional já está mais do que provado que a pista é uma das melhores pistas a nível nacional. Temos todas as condições para fazermos um evento

desportivo a nível europeu, ou até a nível mundial. Fica aqui essa sugestão para o Município. Quero também dizer, em relação à Feira Nacional do Mirtilo que decorreu muito bem, foi desenvolvido um evento que foi o torneio sénior, desenvolvido no campo e eu queria perguntar ao senhor Presidente se tem planos para fazer algum investimento na parte da Feira Nacional do Mirtilo, nomeadamente no campo. É tudo. Obrigado.----------
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Jorge Graça.----
Jorge Graça – Renovo os cumprimentos a todos na pessoa do senhor Presidente da Mesa. Vou aproveitar este bocadinho que resta do tempo da bancada do PS porque fiquei um bocadinho surpreendido porque nenhuma das questões que eu fiz ao senhor Presidente da Câmara, na minha intervenção anterior, considero que foi respondida. Abordou um bocadinho a problemática da saúde, mas sem nos dizer nada de concreto. Sabemos que estão a trabalhar, com certeza que estão a trabalhar nesse sentido, mas gostávamos que nos dissessem mais alguma coisa de concreto sobre isso e eu ficava contente se dissessem que a situação vai ficar resolvida dentro de 3 meses, 4 meses, 5 meses ou, pelo menos, que vai ficar parcialmente resolvida. Ficava contente com essa resposta. Mas, em relação à problemática dos incêndios, uma vez que também foi aflorada na informação escrita, eu acho que o senhor Presidente podia aproveitar para responder àquelas questões que eu fiz na intervenção anterior e que eu considero que não foi por falta de respeito da minha parte. Acho que fui o último e, talvez por muitas perguntas, talvez pelo ambiente quente que está na sala, pode-lhe ter passado responder-me. Considero que não foi por falta de respeito, mas agradeço que, se puder dar algum esclarecimento sobre isso, o que estará a ser feito em termos das faixas de combustível, o acesso aos pontos de água, gostava que fosse respondido. Já agora, mais um aparte, digamos assim, há aqui uma mudança que saliento pela negativa e a que nunca tinha assistido. Penso que são três presidentes de Junta que abandonam a sala. Eu também tenho, às vezes, algumas coisas que eu não concordo, mas acho que não é a postura correta. De qualquer modo, penso que esta mudança de atitude não era aquela mudança que este executivo anunciava na sua campanha eleitoral. Desculpem lá a bicada. Muito boa tarde e obrigado.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria intervir para responder a algumas questões colocadas.----------
Presidente da Câmara Municipal – Apenas para dizer que, relativamente às piscinas, a obra não está suspensa. Está praticamente finalizada, conforme eu já tinha dito. Estão, neste momento, a fazer as ligações finais. Era necessário fazer a cobertura e toda a parte dos balneários. Já agora, dizer que, finalmente, tivemos aprovada a candidatura que foi submetida. Significa que dá-nos mais uma folga financeira que, durante muito tempo, quando nós tomámos posse, sempre nos foi dito que a candidatura estava aprovada, inclusive já tinha havido pedidos de pagamento. A realidade que verificamos é que não, a candidatura não estava aprovada e não havia, sequer, pedidos de pagamento. Portanto, nós tivemos que fazer, praticamente, um projeto novo, mandar contratar uma nova caldeira e finalmente, com a Itecons, conseguimos chegar a um bom porto e a candidatura está aprovada. O Largo de São Mateus é composto por algumas empreitadas e está a seguir a um bom ritmo. Como sabem, também o projeto foi todo alterado. Isso obrigou, também, a uma alteração da candidatura. A candidatura também foi toda alterada. As alterações foram aprovadas. Depois, foi necessário que houvesse, entre a Câmara Municipal e o empreiteiro, uma relação de trabalhos a mais e de trabalhos a menos e chegámos a um acordo. É evidente que, se tivesse sido tudo feito na altura, estamos a falar quando a obra começou há três anos, seria mais barato porque tivemos uma guerra mundial no ano passado, houve um aumento explosivo de preços, mas as coisas têm estado a estabilizar. Relativamente à estrada da Arrôta, também não está suspensa e está a seguir. Obviamente, também fomos obrigados a fazer um novo projeto. Não foi possível adquirir aquela habitação, fizemos um novo projeto, entretanto houve uma queda ali de um muro da estrada nacional, ao lado, que também, no âmbito de uma candidatura, vai ter que ser feito, mas está tudo em andamento. Só um comentário relativamente ao Alto do Roçário. De

facto, nós quando entramos a licença da pista estava suspensa. Tivemos uma reunião com os agentes da Federação Portuguesa de Automobilismo e Kartins e eles obrigaram-nos a fazer uma série de alterações e nós assumimos esse compromisso. Temos colaborado de forma estreita com o Vouga Sport Clube. É, também, um investimento que é feito aqui na freguesia de Cedrim porque parte da pista está na freguesia de Cedrim e que atraiu na última prova, de facto, umas dezenas de milhares de pessoas e é uma forma de promoção do concelho. Para voos mais altos, pois gostaria muito, mas o dinheiro não dá para tudo. Para responder às questões do senhor Jorge Graça, que acho que é importante que sejam respondidas, dou a palavra ao senhor Vice-Presidente se o senhor Presidente da Assembleia Municipal me autorizar.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** autorizou que o Vice-Presidente da Câmara Municipal fizesse uso da palavra.----------

Vice-Presidente da Câmara Municipal – Cumprimentar a todos. Relativamente ao assunto da saúde, é um assunto que, seguramente, preocupa a todos no concelho de Sever do Vouga e é comum às demais bancadas que aqui estão presentes. A forma como podemos arranjar, e recordo que a responsabilidade disto é do Estado Central, a autarquia tem feito o seu papel de minimização e a forma como tem sido feito, nomeadamente na freguesia de Talhadas, de uma forma unilateral, sem coordenação com o Município, é diferente daquele entendimento que a autarquia tem. A autarquia tem negociado com as entidades competentes uma situação em que possam existir profissionais que trabalhem no Centro de Saúde em que a autarquia tenha que subsidiar algumas das suas despesas. Portanto, é um serviço público com acesso a todos os cuidados de saúde, mas que a Câmara terá que participar com uma determinada verba, ao contrário do que se sucede nas Talhadas porque, na freguesia de Talhadas, o senhor Presidente da Junta decidiu, unilateralmente, dois minutos antes de uma reunião que tinha agendada comigo e que sabia o que é que estava a acontecer, soube o que é que estava a ser projetado, e resolveu fazer *show-off* político, que é publicar através das redes sociais uma coisa que pareceu um endeusamento daquilo que ele ia fazer e que, na prática, se resume a um conjunto de nada. Neste momento, a Junta de Freguesia de Talhadas tem os médicos ao serviço, e bem, nada contra isso, é um serviço complementar, simplesmente, para fazer o serviço que faz, escusava de estar a desenvolver € 50,00, à hora, a cada clínico. Bastaria a Junta disponibilizar-se para ter um serviço que lhe ia ser proposto, que é o Balcão SNS 24, com formação através de um dos colaboradores que a Junta tem. Teria acesso a um conjunto de serviços que, depois, se pode explicar mais detalhadamente a quem o entender, que passam pela marcação de consultas por videoconferência, ou requerimento para exames, ou requerimento para renovação de receituário, enfim, um conjunto de serviços que podiam estar ao dispor na Junta de Freguesia de Talhadas e não estão porque o senhor Presidente da Junta não se disponibilizou para tal. Portanto, nós só temos uma divergência quanto à natureza como nos revezamos a resolver este problema. Há bocado, ouvi uma crítica que o Vice-Presidente tinha falado que anunciaria em breve, pois bem, eu quando disse estas palavras, não o quis anunciar precisamente porque sei como é que funcionam os serviços públicos centrais. Ainda hoje, porque sabia que vínhamos aqui para a assembleia, estive ao telefone com as entidades competentes para saber exatamente em que ponto é que está isto, porque o acordo com um dos clínicos que vem trabalhar para o Centro de Saúde de Sever do Vouga está confirmado e depende, única e simplesmente, de uma autorização do poder central e é por isso que isso ainda não está em funcionamento. Depois, a forma como ele vai ser gerido no Centro de Saúde, isso vai caber ao Diretor do Centro de Saúde. Mas, isso é, seguramente, uma mais-valia de serviço para todos os severenses porque a nossa preocupação é essa, a saúde dos severenses. Adicionalmente a isso, posso referir que foi negociado, com o poder central, a abertura de uma vaga para Assistente Graduado Superior. Isto é o topo da carreira médica, ou seja, o que nós estamos aqui a tentar é que, através da atração monetária, se possa, entre aspas, convidar um profissional de saúde para exercer medicina no Centro de Saúde de Sever do Vouga. Isto, porquê? Porque nós, em

Sever do Vouga, temos um modelo que é UCSP, que é diferente das USF modelo B. Os profissionais, no modelo B, têm uma remuneração muito superior, portanto, não querem, naturalmente, trabalhar nas UCSP. Por isso, foi negociado com as entidades a criação deste lugar que está a permitir que haja uma oferta, a nível salarial, superior para ver se conseguimos captar algum profissional. Deixo já de antemão que isto não é uma solução. Isto é uma medida adicional para minimizar porque o Centro de Saúde de Sever do Vouga vai ter, a breve prazo, mais um profissional na reforma, portanto, a tendência é para agravar este problema. O que teremos, aqui, como medida compensatória é o regresso de um clínico que está de baixa e esperamos que isso poderá minimizar de alguma forma. Procuramos soluções, mas vai ter que existir um debate muito sério, em Sever do Vouga, sobre o que é que queremos para o nosso Centro de Saúde de Sever do Vouga, nomeadamente para o tipo de serviço que queremos porque, e deixem-me dizer-vos diretamente, e isto pode não ser político, mas eu tenho que dizer diretamente, isto pode necessariamente ter que haver uma reorganização dos serviços de saúde em Sever do Vouga porque as USF modelo B não são compatíveis com as extensões de saúde na sua totalidade abertas e, de uma vez por todas, temos que meter estes assuntos em cima da mesa e não ter medo de falar sobre eles e assumir essas decisões. Se continuarmos no limbo de não discutirmos isto, o que vai acontecer é que o serviço em Sever do Vouga vai-se deteriorar cada vez mais porque os médicos não vão querer trabalhar em Sever do Vouga porque vão ganhar muito menos do que ganham nos modelos B. Eu dou só este exemplo – nós temos médicos em Sever do Vouga, de clínica geral, que até estariam disponíveis para trabalhar em Sever do Vouga, e que vão trabalhar para outras latitudes porque o diferencial que ganham nos seus vencimentos é muito superior e justifica, em muito, a sua ida para outras terras e não para trabalharem na sua própria terra. Quanto aos pontos de água para combate aos incêndios, esse levantamento foi feito juntamente com o Destacamento de GNR de Águeda. Nós procedemos já à limpeza dos pontos de água e existe um único ponto de água que, neste momento, está inoperacional, mas que já foi identificado e que estão a ocorrer diligências para colocar a água nesse ponto de água. De resto, todos os outros estão disponíveis para acesso. Muito obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se tinha terminado a sua intervenção ou se queria acrescentar alguma coisa.----------

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente às limpezas das faixas de gestão de combustível, está a avançar um procedimento na contratação na Câmara Municipal e quanto às zonas industriais só obtivemos aprovação, no âmbito de uma candidatura, a semana passada e vamos avançar imediatamente após a assinatura da candidatura com o concurso para se proceder à limpeza o mais brevemente possível.----------

3.2 Contrato de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal e a Diretora do AESV: - Foi apresentado, à Assembleia Municipal, um pedido de autorização, por parte da Câmara Municipal, para a celebração do contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Diretora do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, relacionada com a gestão e funcionamento do refeitório da Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga.----------

Antes de abrir um período de intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------

Presidente da Câmara Municipal – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, cumprimento todos os restantes vereadores, membros da Assembleia Municipal, presidentes de Junta, público aqui presente. No âmbito da transferência de competências da educação para o município, mostra-se necessário garantir a operacionalidade do Agrupamento de Escolas, delegando na Senhora Diretora do Agrupamento algumas competências previstas no contrato apresentado. Trata-se de uma delegação de competências para operacionalizar estes serviços, garantido o bom funcionamento dos mesmos.----------

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Monteiro.----------

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta. Apenas uma nota para dizer que nada temos a opor a esta delegação de competências. Faz sentido naquilo que é o atual modelo de funcionamento da educação e daquilo que foi a descentralização nos municípios da educação. No entanto, não queria deixar de fazer duas ou três notas sobre esse processo de descentralização em curso. É certo, no caso de Sever do Vouga, temos um Centro Escolar relativamente novo que teve acesso a financiamento. A questão que tem preocupado muitas autarquias no país e que também nos deve preocupar a nós, em especial, é aquilo que resulta dos cálculos de transferência de verbas da Administração Central para as autarquias, ou seja, aquilo que é a pressão inflacionista que, neste momento, incide, por exemplo, com o enorme impacto nos produtos alimentares, tem consequências diretas naquilo que são os contratos de fornecimento para as refeições escolares e aquilo que é o modelo de delegação de competências partia do princípio de que o Estado transferiria para as autarquias os recursos adequados àquilo que foram as matérias descentralizadas. Esses cálculos foram feitos com inflações de 0, 1%, 2%, não para inflações que, nos produtos alimentares, vão acima de 30%. Portanto, essa deve ser uma matéria que o Município de Sever do Vouga, na Associação Nacional de Municípios, com a máxima brevidade possível, deve insistir para que seja atendido e repostos aquilo que são os valores que necessariamente compensem as autarquias daquilo que são as despesas que têm que ter com, por exemplo, a alimentação escolar, mas não só. Aliás, tanto é assim que a notícia, salvo erro, de ontem, nós sabemos que esta pressão inflacionista tem tido de tal forma, um impacto naquilo que é o funcionamento de contratos de prestação continuada e de empreitadas que levou a que o senhor Presidente da República promulgasse de urgência, ontem, a prorrogação daquilo que é o prazo para fazer a revisão de preços que vai ser prorrogada até 31 de dezembro para se poder fazer revisão de preços de forma extraordinária face a este surto inflacionista. Agora, pode até haver revisões de preços, mas se a Administração Central não transferir para as autarquias aquilo que são os recursos que permitem fazer face às despesas que a Administração Central assumiu que iria financiar quando transferiu estas competências para as autarquias, então teremos um problema sério e serve, também, de aviso em relação àquilo que são os demais processos de descentralização que eu tenho as maiores dúvidas que vão correr bem por causa de falta de financiamento da Administração Central e que as autarquias têm que estar particularmente atentas e exigentes porque se, numa matéria em que até já havia experiência com a Educação, as coisas não estão a correr particularmente bem por esta razão, então matérias de Ação Social e Saúde não há, de todo, a possibilidade de cumprir sequer os prazos que estão definidos e que já têm vindo a ser prorrogados porque se estará a pôr em causa aquilo que é os vários orçamentos dos municípios por esse país fora por não serem tido em conta aquilo que são as alterações de circunstâncias que ocorreram com este surto inflacionista que está longe de estar debelado. Muito obrigado.--

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor, autorizar a celebração do contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Diretora do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, relacionada com a gestão e funcionamento do refeitório da Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga (para efeitos do previsto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como, o previsto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação dada pelo artigo 189º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.----------

Vinte e cinco votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Bruno Silva, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João

Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.----------
3.3 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2023: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2023, com um reforço na despesa no valor de € 25 000,00 (vinte e cinco mil euros), com base nas normas acima indicadas, conjugadas com o previsto no artigo 130º da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro (LOE 2021).----------
Antes de abrir um período de intervenção para os membros da Assembleia Municipal, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria fazer a introdução do ponto.----------
Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores. A alteração modificativa reflete pequenos ajustes realizados ao orçamento de despesa, devido à introdução de novos projetos, mas sem modificar o seu valor global. Os projetos introduzidos são os seguintes: Reconversão de Gabinetes Municipais; Reabilitação do Posto da GNR; Cheias e Inundações; Medidas de Bem Estar Animal; Empreende XXI.----------
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a David Alves.---
David Alves – Senhor Presidente da Mesa, excelentíssimos secretários, senhor Presidente da Câmara e respetivos vereadores, elementos da Assembleia Municipal, restantes presenças. Estamos perante uma alteração modificativa do Orçamento Municipal de 2023 e olhamos para o valor € 25 000,00 e é evidente que eu digo, todas as vezes que a Câmara Municipal não utiliza os cinco euros obriga-se a vir a esta assembleia para fazer uma modificativa da despesa que tira de um lado e mete no outro. Não há reforço da verba, não há aumento da receita, não há aumento da despesa, é apenas uma modificação porque faltam lá os cinco euros nalgumas rubricas que serviriam para evitar estas modificações. Eu já insisti nisto. Não nos opomos quer a estas alterações, mas chamo a atenção que estamos a fazer revisões de € 25 000,00 que estariam dentro das competências do Presidente se tivesse as rubricas abertas. Como elas não estão dotadas, têm de vir à Assembleia Municipal. Obrigado.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro.----------
António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores vereadores, caros membros da Assembleia Municipal. Eu acho que deve haver aqui algum equívoco. Aliás, basta ver a alteração orçamental e aquilo que foi a apresentação do senhor Presidente da Câmara, para perceber qual é o equívoco, aliás, eu nem fazia tenções de vir cá falar. Nós estamos a falar da introdução de novas rubricas, novas atividades. É algo que surgiu a meio do mandato. Não é possível comparar esta realidade que passa por ter havido um esforço de maior transparência em relação àquilo que é a elaboração de um orçamento. E, em relação àquilo que são as atividades que, efetivamente, vão ser feitas ao abrigo do orçamento, não é possível estar à espera de ter rubricas abertas não se sabe com o quê, neste momento, quando aquilo que, conforme foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, são novas rubricas que foi necessário abrir. Eu acho muito bem que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre aquilo que são estas novas rubricas. Não altera o valor da despesa. Torna é claro que, a meio do mandato, houve necessidade de introduzir alterações. Porquê e quais são elas? E essa é a avaliação que nós temos que fazer enquanto membros da assembleia, ou seja, vai ser feita e, já agora, vamos então utilizar esse poder de forma expressa. Vão ser feitas obras no quartel da GNR. Se estão a favor ou se são contra. Se estão contra, votem contra. Se estão a favor, votem a favor. Não é ter cinco euros para quartéis, não se sabe quais são, e depois vir-se dizer que se está a fazer um ajuste na execução orçamental que é tudo menos transparente porque a faculdade da Assembleia Municipal, depois de aprovar o orçamento,

fiscalizar a forma como a Câmara o executa e acho que é de louvar a Câmara trazer aqui esta proposta de alteração. Não está a alterar o valor da despesa. Pois não, mas está-nos a dizer que não alterando o valor da despesa, vai investir nestes pontos e a assembleia que é livre de se pronunciar sobre eles. Estão contra o investimento na área do bem-estar animal? Se estão, votem contra. Se estão a favor, votem a favor. Portanto, são exemplos concretos de como deve ser feito, ao contrário daquilo que foi dito pelo orador que me antecedeu. Este é o exemplo da transparência. Este é o exemplo da exigência que a Assembleia Municipal deve ter perante a Câmara e ainda bem que esta Câmara dá o exemplo de transparência que acabou de dar ao apresentar esta alteração orçamental que contrasta com a opacidade, com a falta de transparência e, desculpe-me dizer, não quer antecipar o debate dos próximos pontos com a forma vergonhosa como as coisas eram tratadas nos mandatos anteriores. Vou deixar isso para os próximos pontos. Mas, acho que o exemplo que acabou de ser dado agora é mesmo de evitar que aconteça aquilo que esta auditoria nos veio revelar que aconteceu. Muito obrigado.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia apresentar algum esclarecimento.----------
Presidente da Câmara Municipal – Sim, muto rapidamente. Eu só queria dizer que, a forma como estas coisas são feitas, é para que as pessoas tenham a noção exata de que quando se introduz uma rubrica no orçamento essa rubrica é mesmo para fazer. Quando existe uma rubrica no orçamento com cinco euros nós não temos a certeza se ela é feita ou não e raramente era feita. Era o que acontecia. No caso da reconversão dos gabinetes municipais, ela está aqui porque foi desenvolvido um projeto para reabilitar alguns gabinetes municipais e foi feito um contrato-programa com a CCDR. No caso da reabilitação do posto da GNR, foi desenvolvido um projeto, que foi aprovado pelo Ministério da Administração Interna, já tem o visto do Tribunal de Contas, é financiado a cem porcento, portanto, agora vai ser introduzido como uma rubrica e é para ser feito. No caso das cheias e inundações, há uma candidatura que foi submetida por nós e que tem a ver com as cheias e inundações no final do ano 2022 e início do ano 2023, portanto, nem sequer poderia estar presente no orçamento porque o orçamento foi aprovado antes disso, e nessa candidatura, a candidatura foi aprovada segundo indicação do senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais que nos visitou, há dias, e que partilhou connosco alguma visita pelo território e com alguns presidentes de Junta, é uma candidatura que foi aprovada em sessenta porcento. Uma candidatura com um investimento elegível de setecentos e oitenta e tal mil euros e que foi aprovada em cerca de sessenta porcento a fundo perdido. As medidas de bem-estar animal são, também, uma candidatura que visa a Câmara Municipal receber algum dinheiro, nomeadamente para animais errantes e para famílias carenciadas, para ajudar aos tratamentos dos animais. A Medida Empreende XXI também é uma candidatura que foi, mais tarde, estabelecido um protocolo com a IEFP que permite ajudar empresas a criar e a desenvolver e a financiar novos projetos de investimento. Portanto, são medidas concretas e são, efetivamente, obras que vão ser feitas. Há dinheiro para as fazer, há projetos para as fazer, coloca-se como rubrica e avança-se. Quando se coloca uma rubrica num orçamento nosso, é sinal de que se vai fazer.----------
Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a 3ª Alteração Modificativa à Assembleia Municipal, com um reforço na despesa no valor de € 25 000,00 (vinte e cinco mil euros).----------
Vinte e cinco votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Bruno Silva, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.----------
3.4 Relatório da Auditoria Externa Forense – Área Chave Administração e Ordenamento do Território e Urbanismo: - Para cumprimento do estipulado na alínea g), do n.º 2, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido ao órgão

deliberativo o Relatório da Auditoria Externa Forense – Área Chave Administração e Ordenamento do Território e Urbanismo.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------
Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Finalmente, estamos a chegar ao fim de um capítulo que esperávamos que já tivesse terminado há muito tempo, mas que não foi possível por falta de elementos e, por isso, infelizmente, só nesta fase é que conseguimos trazer para aprovação da Assembleia Municipal. No início do nosso mandato, fomos confrontados com situações complexas, relacionadas, alegadamente, com irregularidades em áreas chave para a Câmara Municipal. Assumimos que, para uma excelente organização e estruturação dos Serviços é essencial conhecer com rigor os procedimentos, identificar eventuais falhas e adotar procedimentos de melhoria. Apresentamos a proposta de realização de uma auditoria forense com vista ao cumprimento desse desiderato. Hoje, apresentamos o relatório preliminar da auditoria forense da área chave Área Chave Administração e Ordenamento do Território e Urbanismo realizado. Temos agora conhecimento das irregularidades e ilegalidades identificadas nas amostras analisadas nesta área chave, se queremos prevenir os interesses do Município e evitar constrangimentos futuros e inesperados. Devemos trabalhar para assegurar a legalidade dos nossos atos e procedimentos.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Diana Paiva.----------
Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Quanto a este ponto, não me vou já pronunciar. Fica para o ponto seguinte. Mas, nós, PSD, temos uma recomendação acompanhada pelo CDS-PP e vou ler essa recomendação que temos à Câmara.----------
Foram apresentados relatórios finais da auditoria forense da área chave de Administração e Ordenamento do Território e Urbanismo, que não sofrerão qualquer alteração, do Município de Sever do Vouga. Assim, considerando que dos vários relatórios atrás mencionados resultam demasiadas situações muito graves, com claras ilegalidades cometidas por quem se encontrava no exercício de funções executivas, com claro prejuízo para o erário público e para os Severenses, do mesmo devem ser retiradas as devidas consequências. Propomos, como tomada de posição, seja deliberado por esta Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal que remeta o presente relatório para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, para o IGAMAOT e para a Inspeção Geral das Finanças para os fins tidos por convenientes.----------
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro.
António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Minhas senhoras e meus senhores. Eu acho que há alturas em que se deve falar com muita transparência e olhos nos olhos e as pessoas têm que assumir as suas responsabilidades. Nós, evidentemente, subscrevemos juntamente com o Partido Social Democrata, à semelhança do que já fizemos em anteriores auditorias parciais que vieram a esta assembleia municipal, que se deve participar estes factos às entidades competentes, designadamente Ministério Público, para que sejam tomadas as devidas providências. Mas, eu acho que, estando nós na Assembleia Municipal de Sever do Vouga, era importante que também fossem assumidas as responsabilidades por quem tem que as assumir politicamente. Tudo aquilo que vem avaliado nesta auditoria refere-se ao mandato anterior da responsabilidade do Partido Socialista em que o Partido Socialista tinha maioria absoluta na Câmara e em que se comportava como tendo poder absoluto neste concelho. Aliás, como aconteceu em mandatos anteriores em que, para além de se ter maioria absoluta na Câmara, tinha também maioria absoluta na Assembleia Municipal. E a gravidade dos factos que constam nesta auditoria e estando aqui presente, evidentemente, os deputados municipais do Partido Socialista, eu acho que tiveram oportunidade, tal como o vereador anterior Vice-Presidente de Câmara e anterior Presidente desta Assembleia Municipal, tiveram oportunidade de ler o que está nessa auditoria. E, aquilo que eu vos pergunto é se isso não acende nem uma luzinha na vossa consciência no apoio que estiveram a dar a uma maioria que se

comportou da forma como se comportou, sem respeitar qualquer regra e que deixa um legado, em termos de ordenamento do território e ambiental para as gerações futuras, que é grave, porque aquilo que nós estamos a falar é que, evidentemente, há matérias que dificilmente poderão ser resolvidas. Outra suscitam nulidade e, portanto, em relação a essas, a Câmara terá que intervir e corrigir essas que serão as mais graves, eventualmente, até ordenando a demolição e sabemos que, depois, haverá quem se queira opor, propor ações em tribunal e arrastarem-se processos durante longos anos. É evidente que temos, também, aquilo que são matérias que podem responsabilizar pessoalmente que praticou esses atos, designadamente os titulares dos cargos políticos que praticaram esses atos. Mas, quem apoiou cegamente, cegamente, essa maioria, é co-responsável e é isso que eu vos digo ao Partido Socialista olhos nos olhos. Os senhores deputados municipais do Partido Socialista são co-responsáveis porque apoiaram politicamente uma Câmara que se comportava desta forma perante instrumentos de ordenamento do território. Podem fazer os discursos que quiserem em relação aos jovens, às crianças, à descarbonização que é importante. Em matéria de ordenamento do território, em matéria de ambiente, os senhores não têm a folha limpa porque os senhores apoiaram quem não respeitou regras de forma ostensiva e que, neste momento, estão nesse relatório e, portanto, eu acho que não fazerem esse exame de consciência fica convosco. Mas, se queremos olhar em frente e dar um melhor futuro a todos os severenses, era bom que fizessem esse exame de consciência, aprendessem com os erros, porque eu acho que não é possível continuar a repetir esses mesmo erros e esta Câmara acho que é importante que dê o exemplo, como ainda há pouco acabou de dar, que não vai repetir os erros do passado e era bom que o Partido Socialista aprendesse com esses erros, se fizesse luz, e que, aprendendo com esses erros, procurasse cortar com esses erros do passado porque Sever do Vouga ganharia de não se voltassem a repetir no futuro.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Renata Marques.----------

Renata Marques – Renovo os meus cumprimentos. Senhor deputado, adorei esse discurso de inteligência emocional. Aprendi muito consigo. A luz fez-se, realmente. Eu senti a luz cá dentro. Penso que bateu forte a toda a gente. Não estou nada incomodada. Acho que erros de procedimento não me afetam aí por além, portanto, se calhar a luz não se fez assim tanto como quer passar. De qualquer maneira, cada um tem o direito de apoiar quem quer e o senhor deputado também apoia quem quer. Obrigada.----------

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro.----------

António Monteiro – Senhor Presidente, eu nem fazia tenções de vir intervir já de seguida, mas, infelizmente, aquilo que eu percebo é que há quem não queira entender o que aconteceu. Senhora deputada municipal, leu a auditoria com atenção? Viu a quantidade de ilegalidades que foram cometidas? Viu a quantidade de ilegalidades que foram cometidas. Viu as notas que foram feitas daquilo que se arrastará durante anos para terem de se corrigir essas mesmas ilegalidades. E, a pergunta que eu lhe faço é a seguinte: a senhora deputada acha que as normas do ordenamento do território existem para chatear as pessoas? É? São, assim, um empecilho. Repare, as normas são criadas em matéria do ordenamento do território e existem para proteger determinados bens públicos, designadamente o ambiente. Eu já a ouvi, aqui, fazer intervenções em defesa do ambiente, em defesa da saúde das nossas crianças, de todos os severenses. Pois eu quero-lhe dizer, senhora deputada, que se se sente confortável em violar as regras que servem para proteger esses mesmos bens, eu não sinto e acho que é errado. Significa que não aprendeu nada com as auditorias que revelam que essas normas não foram cumpridas e, portanto, eu percebo o nervosismo do Partido Socialista, mas eu acho que era preferível que assumissem não uma forma acrítica aquilo que é o pesado lastro que trazem em termos ambientais, da vossa responsabilidade, da vossa única e exclusiva responsabilidade, que assumissem esse lastro e que, pelo menos, aprendessem e tentassem corrigir para o futuro. Infelizmente, pela sua intervenção, significa que a senhora deputada não se envergonha do

que consta desta auditoria, não se envergonha do facto de, por exemplo, terem sido flagrantemente violada a lei que obriga a pedir pareceres a entidades externas e essas entidades externas servem para proteger bens como seja o ambiente, quando são reserva ecológica nacional, quando são reserva agrícola nacional, quando temos infraestruturas viárias, e todo esse lastro o que afeta é o futuro de todos os severenses, especialmente os mais novos. Portanto, eu acho que já era tempo de, se nós com estas auditorias são importantes para dizermos ao PSD e ao CDS que agora governam esta Câmara não repitam os erros do Partido Socialista, eu acho que, no mínimo, o Partido Socialista deveria ter aprendido com os seus erros, e já percebi que não, para que, no futuro, pudessem ter a ambição de voltar a apresentarem uma solução de governo para Sever do Vouga que não se comportasse de uma forma tão vergonhosa perante aquilo que é o cumprimento da legalidade em matéria de ambiente do ordenamento do território. É isto, senhora deputada.
O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Renata Marques.----------
Renata Marques – Eu peço desculpa por esta conversa de café que estamos a ter. Eu continuo a defender quem eu quiser, primeiro, e defendo as crianças do meu concelho, defendo tudo o que é feito…----------
António Monteiro (inaudível)----------
Renata Marques – Defendo mal? E o que é que faz, o senhor deputado?----------
Presidente da Assembleia Municipal – Vamos evitar diálogo. Renata Marques, faça o favor.----------
Renata Marques – O que é que faz o senhor deputado pelo nosso concelho? Vem aqui dizer duas ou três coisas e recebe um dinheirão. O que é que faz o senhor deputado? Diga-me você o que é que faz.----------
Presidente da Assembleia Municipal – Não vou permitir diálogo.----------
Renata Marques – Eu peço imensa desculpa.----------
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Mesa tinha admitido o requerimento apresentado pelo PSD e pelo CDS-PP e, não havendo inscrições para intervir sobre o assunto, colocou o mesmo à votação. O órgão deliberativo aprovou, por maioria, recomendar à Câmara Municipal que remeta o Relatório da Auditoria Externa Forense – Área Chave Administração e Ordenamento do Território e Urbanismo, para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, para o IGAMAOT e para a Inspeção Geral de Finanças.----------
Dezanove votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Bruno Silva, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, José Lemos, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.----------
Seis abstenções – David Alves, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, Luís Pedro e Renata Marques.----------
3.5 Relatório da Auditoria Externa Forense – Área Chave Contratos de Empreitada: - De igual modo, e para cumprimento do estipulado na alínea g), do n.º 2, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido ao órgão deliberativo o Relatório da Auditoria Externa Forense – Área Chave Contratos de Empreitada.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------
Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores. No início do nosso mandato, fomos confrontados com situações complexas, relacionadas, alegadamente, com irregularidades em áreas chave para a Câmara Municipal. Assumimos que, para uma excelente organização e estruturação dos Serviços é essencial conhecer com rigor os procedimentos, identificar eventuais falhas e adotar procedimentos de melhoria. Apresentamos a proposta de realização de uma auditoria forense com vista ao

cumprimento desse desiderato. Hoje, apresentamos o relatório preliminar da auditoria forense da área chave Área Chave de Contratos de Empreitada. Foi muito difícil realizar esta auditoria, conforme podem constatar da leitura do relatório, pela ausência de elementos e documentos nos serviços. Temos agora conhecimento das irregularidades e ilegalidades identificadas nas amostras analisadas nesta área chave, se queremos prevenir os interesses do Município e evitar constrangimentos futuros e inesperados. Devemos trabalhar para assegurar a legalidade dos nossos atos e procedimentos. Mais uma vez, gostaria de dizer que esperava que este assunto tivesse vindo à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal há muitos meses atrás. A Câmara Municipal não dispunha dos elementos dos processos, de nenhuns, e foi necessário a Polícia Judiciária trazer estes elementos para que pudessem ser alvo de análise.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, tendo dado a palavra a Diana Paiva.----------

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos de há pouco. Ao longo destes meses que estes relatórios nos têm sido apresentados, fomos dando conta de como os serviços estavam a ser orientados pelo executivo do mandato anterior. Certo é que há situações, a vir ao de cima, extremamente gravosas. Já não se trata só de documentos que não nos foram entregues. Esta auditoria demonstrou que se passaram situações muito graves ao nível dos contratos de empreitada. Graves ao ponto de poderem constituir casos de polícia. Penso que, agora, conseguimos entender a visita da Polícia Judiciária há cerca de pouco mais de dois anos. Tivemos um senhor vereador, a quem foi atribuído o pelouro das obras públicas, num claro conflito de interesses que não se inibiu de tomar decisões em dupla qualidade. Enquanto vereador das obras, adjudicar obras a clientes seus da sua outra atividade em que até o mesmo foi presidente do júri. Sempre dissemos que as decisões tinham que ser transparentes, mas sendo vereador do pelouro das obras e vir a presidir a júris de concursos onde clientes seus são concorrentes e vir a adjudicar a estes tais obras, é tudo menos transparência. É um lodo. O conflito de interesses é gritante e agora vem demonstrado neste relatório. A questão que se coloca, também, é se o senhor Presidente do executivo, na altura, era sabedor destas incompatibilidades e nada fez. Se foi conivente com esta situação. Seria interessante que o mesmo aqui estivesse para responder a esta questão. Temos que ter presente que este relatório se baseia numa amostragem de processos, ou seja, não foi a totalidade de processos que foi visto e o que nos é trazido é grave. Demasiado grave, pois não há um processo que esteja isento de problemas, irregularidades ou ilegalidades. Não meros erros. Por isso mesmo, face à gravidade do que vem aí expresso, em todos estes relatórios entregues nesta auditoria, consideramos que devem ser tiradas as devidas consequências e propomos, novamente, juntamente com o CDS-PP, uma tomada de posição sobre a forma de recomendação, que leio:----------

Foram apresentados relatórios finais da auditoria forense da área chave de Contratos de Empreitada, que não sofrerão qualquer alteração, do Município de Sever do Vouga. Assim, considerando que dos vários relatórios atrás mencionados resultam demasiadas situações muito graves, com claras ilegalidades cometidas por quem se encontrava no exercício de funções executivas, com claro prejuízo para o erário público e para os Severenses, do mesmo devem ser retiradas as devidas consequências. Propomos, como tomada de posição, seja deliberado por esta Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal que remeta o presente relatório para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, para o IGAMAOT e para a Inspeção Geral das Finanças para os fins tidos por convenientes.----------

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Monteiro.----------

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros membros da Assembleia Municipal. Eu reitero, a propósito deste ponto, tudo o que disse no ponto anterior. É evidente que, nesta

recomendação, nós estamos a recomendar que seja enviado para o Ministério Público esta auditoria, sendo certo que já a Polícia Judiciária está a investigar parte dessa mesma matéria. Mas, se leram a auditoria com atenção parece que, misteriosamente, já em 2023 surgiram documentos que já deveriam estar, desde 2018, juntos aos respetivos processos, documentos informáticos que deviam ter assinatura digital e data digital, mas que não têm e foram feitos à mão e aparecem só em 2023. E, estamos a falar de uma matéria de extrema gravidade, de ilegalidades que, inclusivamente, podem configurar matéria de natureza criminal. E há uma coisa que eu vou voltar a dizer à bancada do Partido Socialista. Eu tenho muitas das pessoas da bancada do Partido Socialista como pessoas sérias. Por isso é que eu digo descolem, descolem. Descolem daquilo que é este lastro do passado. Os senhores continuam a apoiar, e são livres de o fazer, quem cometeu estas ilegalidades, mas eu acho que chegou o tempo e, por isso, é que eu vos faço este apelo de descolarem, pedirem desculpa do que aconteceu. Dizerem que repudiam, tal como nós repudiamos, este tipo de práticas que não são só de pouca transparência ou de irregularidades. São de indícios criminais e isto, eu não estou a dizer que os senhores sejam cúmplices. Não estou a dizer que sejam cúmplices do ponto de vista jurídico, mas convinha que, do ponto de vista político, soubessem separar as águas daquilo que é matéria que, do pior que há, acontece no exercício de cargos públicos e que, evidentemente, acho que não beneficia, em nada, a política. Se há pessoas que se portaram mal, era importante que, politicamente, os partidos dessas pessoas soubessem dizer "convosco, não". De seriedade ser um valor que tem algum valor político e, portanto, eu não posso deixar de reiterar as mesmas palavras convicto de que, pode até não ser hoje, mas alguma vez o Partido Socialista tome nota, tenha um rebate de consciência e aprenda alguma coisa. É verdade que não aprendeu com o engenheiro Sócrates, é verdade. Parece que querem repetir algo do género aqui em Sever do Vouga e não conseguem descolar-se, mas olhem que, eu não estou a dizer estas coisas para provocar, estou a dizer a bem da transferência do futuro daquilo que é o debate político em Sever do Vouga porque, com toda a franqueza, se do ponto de vista jurídica penal os senhores não são cúmplices, politicamente, se não souberem rejeitar este tipo de práticas, são politicamente cúmplices de quem teve estas práticas.----------

Não havendo mais inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu, novamente, a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado. Muito rapidamente, eu queria apenas dizer que aquilo que vem aqui nesta auditoria é, de facto, gravíssimo e quem sabia de tudo o que se passava tem que pôr a mão à consciência e tem que, de uma vez por todas, pedir desculpa a Sever do Vouga pelo mal que lhe fez. É uma vergonha o que se passou aqui durante estes anos todos. É uma vergonha e aquilo que eu espero das pessoas honestas do Partido Socialista é que, já na próxima segunda-feira, retirem a confiança política destas pessoas que andaram aqui a usar os seus cargos para tirar benefícios próprios. Quem não o fizer, então peço-vos desculpa, mas são exatamente iguais a eles. Espero que situações como estas nunca mais voltem a acontecer. O que se passa e o que vem descrito nesta auditoria é gravíssimo e, se algum dia, eu vier a ver uma situação semelhante a esta, podem ter a certeza que eu imediatamente a denunciarei. Muito obrigado.----------

O Vereador José Manuel Barbosa de Almeida e Costa ausentou-se da sessão mediante prévia comunicação à Mesa.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Mesa admitia, da mesma forma que no ponto anterior, o requerimento apresentado pelo PSD e CDS-PP. Não havendo inscrições para intervir sobre este assunto, colocou o documento à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por maioria, recomendar à Câmara Municipal que remeta o Relatório da Auditoria Externa Forense – Área Chave Contratos de Empreitada, para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, para o IGAMAOT e para a Inspeção Geral de Finanças.----------

Dezoito votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Bruno Silva, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, José Lemos, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.----------
Sete abstenções – David Alves, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, Luís Pedro, Maria Pereira e Renata Marques.----------
3.6 Relatório Final da Auditoria Externa Forense (Mandato 2017-2021): - para cumprimento do estipulado na alínea g), do n.º 2, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido ao órgão deliberativo o Relatório da Auditoria Externa Forense (Mandato 2017-2021).----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------
Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. No início do nosso mandato, fomos confrontados com situações complexas, relacionadas, alegadamente, com irregularidades em áreas chave para a Câmara Municipal. Assumimos que, para uma excelente organização e estruturação dos Serviços é essencial conhecer com rigor os procedimentos, identificar eventuais falhas e adotar procedimentos de melhoria. Apresentamos a proposta de realização de uma auditoria forense com vista ao cumprimento desse desiderato. Hoje, apresentamos o relatório final da auditoria forense realizada. Temos agora conhecimento das irregularidades e ilegalidades identificadas nas amostras analisadas e quais as melhorias a adotar, se queremos prevenir os interesses do Município e evitar constrangimentos futuros e inesperados. Podemos e devemos trabalhar para assegurar o cumprimento dos procedimentos e da legalidade, melhorando a qualidade do serviço prestado, a satisfação dos nossos colaboradores e dos nossos munícipes. O relatório é extenso, mas de fácil leitura. Fiquem cientes de que este relatório constituirá um elemento de trabalho, no sentido de tentarmos continuar a promover a melhoria dos nossos serviços e adequação dos procedimentos em conformidade com as normas aplicáveis. Todos nós que assumimos cargos de gestão pública, temos de ter consciência da responsabilidade das nossas funções e temos de ter presente que os nossos poderes estão definidos e elencados. Muito obrigado, senhor Presidente.----------
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Diana Paiva.----
Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. As auditorias realizadas têm como objetivo servir de instrumento de reflexão e diagnóstico para todos que estão relacionados com o Município. Seja para o executivo, seja para os membros da Assembleia Municipal, seja para os serviços do Município. Todos nós temos responsabilidades em tudo que praticamos nestas funções, pois que ocupamos cargos públicos. Verificamos, neste relatório final, que se trata de um resumo de todos os que já fomos recebendo, por área-chave, que há muitos alertas dados os titulares dos órgãos públicos, assim como aos serviços, com muitas irregularidades apontadas. Por isso mesmo, tendo presente o relatório de procedimentos, e este agora em discussão, faço daqui um apelo aos serviços, que prestem melhora atenção aos mesmos, que sirvam de pedagogia e que façam um esforço para melhor adequarem a sua atuação à legalidade para estes alertas não se repetirem. No futuro, podemos deixar de ter alertas e passarmos a ter mandados de detenção quando não há necessidade porque temos estes alertas aqui transmitidos. Muito obrigada.----------
O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a João Oliveira.----------
João Oliveira – Obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos a todos os presentes. Acerca desta auditoria externa, efetuada pela SRS Legal, quero transmitir-vos que o grupo parlamentar do Partido Socialista vai aguardar serenamente a resposta das autoridades competentes. É evidente que existem irregularidades como existem em muitas outras câmaras municipais e noutras instituições similares. Uma mais graves, outras menos graves. Mas, é importante salientar que não foi constatada a existência de qualquer irregularidade praticada com má-fé, dolo, aproveitamento ou peculato. Como refere o

auditor, a maioria das desconformidades legais verificadas e assinaladas prendem-se com falhas nos procedimentos e na regulamentação existente. Ainda como referido pelo auditor, em alguns casos verificam-se irregularidades que não se repercutem em ilegalidades. É natural que uma auditoria externa ao atual executivo, já encontrasse algumas irregularidades. A interpretação da lei pelo executivo no momento da elaboração da regulamentação municipal por vezes pode não coincidir com a interpretação da mesma lei pelo auditor e, numa auditoria, conduzir a indicação de irregularidade. A maior ou menor disponibilidade das pessoas no dia a dia face às exigências do seu trabalho, também levam a que algumas tarefas e procedimentos por vezes tenham que ser tratados de uma forma mais célere e menos atenciosa ou sejam realizados fora dos prazos estipulados. Errar é humano e só não falha quem pouco ou nada faz. Por vezes, porque a situação com que nos deparamos assim o exige, agimos sem tempo para uma para uma reflexão mais apurada ou aconselhamento, com a noção de que estamos no caminho certo, e só mais tarde nos apercebemos de que não tomámos a melhor opção. Como já referimos em anterior assembleia, é nosso entendimento que o Município deverá aproveitar as sugestões de melhoria propostas pelo auditor, em termos de atuação futura, de forma a minimizar a ocorrência de casos semelhantes aos detetados. Permitimo-nos, no entanto, chamar à atenção para o aumento de burocracia e para os meios humanos necessários no caso de todas elas serem postas em prática. Será de ponderar o custo/benefício de cada uma das sugestões apresentadas. O Partido Socialista dispensa as lições de moral do senhor deputado Antonio Carlos Monteiro do CDS. Obrigado a todos.----------
Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Monteiro.----------
António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Eu acho que há aqui um equívoco. As lições não são minhas. As lições são da auditoria. E, aquilo que me parece estranho é que nós não devemos ter lido os mesmos documentos porque só alguém que tenha tapado as folhas com um papel e fingindo que estava a ler é que não viu o que lá está e o que lá está é que, além as irregularidades, há ilegalidades graves e muito graves. As graves, que têm como consequência a anulabilidade, a consequência é que, neste momento, já não se pode corrigir o mal que foi feito e o prejuízo que foi causado, provavelmente, ao erário público. As muito graves determinam nulidade, ou seja, significa que, nos próximos dez anos, a Câmara vai ter que andar a desfazer essas nulidades porque são de tal forma graves que não se consolidaram no ordenamento jurídico e esta Câmara agora é que vai ter que resolver, nomeadamente em matéria de ordenamento do território, aquilo que foi mal feito e que, aliás, poderia dar origem, por exemplo, até à perda de mandato de quem praticou essas ilegalidades se, porventura, ainda estivesse em funções. Portanto, acham que isto foram meras irregularidades? Não foram. Foram ilegalidades graves e muito graves e, pior ainda, os senhores querem ignorar o facto de haver uma investigação da Polícia Judiciária e do Ministério Público a contratos de empreitadas? É evidente todos nós temos que esperar aquilo que são os tempos da justiça, mas há uma coisa que me parece evidente, é que os factos que estão lá relatados e que foram já aqui referidos, nomeadamente pela deputada Diana Paiva da bancada do PSD, são de tal forma graves que deveriam envergonhar quem acha que isso é uma mera irregularidade. Não é. Uma pessoa que utiliza uma tripla função, que se nomeia a si próprio, enquanto vereador, presidente de júri, e ao mesmo tempo está a fazer negócio usando esses lugares. Isso consta do relatório. Isso consta do relatório. Isso é grave. Esses são os processos que a Polícia Judiciária veio cá buscar e levou. Foram esses processos que não estiveram disponíveis da primeira vez que cá veio o relatório. E, portanto, não adianta fingir que isto não aconteceu. Está aí escrito, preto no branco, no relatório. Por isso, as lições não são minhas. As lições são do relatório e era bom que o Partido Socialista aprendesse com a auditoria. Aliás, é essa a contradição do Partido Socialista, é que diz que é importante olhar para esta auditoria para o futuro, pois é, mas para olhar para esta auditoria e não repetir os erros no futuro, é preciso que o Partido Socialista interiorizasse que foram cometidos erros por esse mesmo

Partido Socialista no passado e não quer interiorizar. Finge que não lê na auditoria o que lá está preto no branco. E, portanto, reitero tudo o que disse nas minhas duas últimas intervenções. Era bom que descolassem daquilo que são estas práticas e que assumissem que houve erros gravíssimos no passado. Erros graves e meras irregularidades, não é fingir que não viram os erros muitos graves e os graves e dizerem que o PS aprendeu, não queremos voltar a repetir isto, nós não vamos voltar a fazer isto. Era bom que assim fosse. Agora, acharem que são meras irregularidades, não. Não, senhor deputado João Oliveira, não são meras irregularidades. Leia os relatórios todos e vai perceber aquilo que estamos a falar. Muito obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Renata Marques.----------

Renata Marques – Volto a cumprimentar os presentes. Senhor doutor, sabe o que é que eu gostava de ouvir? Não é *"o PS não vai voltar a fazer"*, eu quero ouvir assim *"o CDS não vai fazer. O CDS vai seguir as sugestões e não vai fazer"*. Isso é que eu quero ouvir porque não sou eu que estou na mesa, não sou eu que estou aqui no executivo. Eu espero que a Câmara cumpra e faça. Eu vou cumprir. Eu não vou fazer.----------

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira – Como eu já disse anteriormente, e porque não há, até ao momento, os processos estão na Polícia Judiciária, estão no Ministério Público, etc., nós vamos aguardar. Não sabemos o que é que vai resultar, quer da Polícia Judiciária, quer do Ministério Público, portanto, não podemos estar a antecipar conclusões destas entidades. Como tal, os deputados do Partido Socialista vão aguardar, naturalmente, por o desenvolvimento deste processo e pelas respostas destas entidades. Agora, o senhor deputado António Monteiro o que esteve aqui a fazer foi procurar dar uma lição a uns meninos da escola que são deputados do PS. Não foi mais nada. Disse muita coisa e eu gostava de saber o que é que esta assembleia percebeu daquilo que o senhor deputado esteve a falar acerca dos deputados do PS. Obrigado a todos.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro.----------

António Monteiro – O que eu estou a dizer, com toda a franqueza, e até o disse ainda há pouco, eu tenho a bancada do PS composta, essencialmente, por pessoas sérias e o que eu estou a dizer é que, uma coisa é aquilo que é a responsabilidade jurídica e penal e essa eu percebo que o Partido Socialista queira aguardar, nem nenhum de nós é juiz para julgar quem quer que seja ou condenar. O que eu estou a dizer é que, do ponto de vista político, há que retirar ilações e aquilo que eu estranho é que o Partido Socialista não queira, politicamente, separar-se daquilo que são estas suspeitas que já são públicas e que constam deste relatório. É isso que eu deixo como nota política e não estou a ensinar ninguém. o Partido Socialista fará como muito bem entender. Eu estou é a constatar que, politicamente, não é a questão jurídica nem questão penal, politicamente não se querem separar deste lastro e o facto de terem apoiado quem se comportou desta forma. É só.------

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor presidente da assembleia municipal passou para o ponto seguinte da ordem do dia. ----------

3.7 Estrutura Orgânica – Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Sever do Vouga: - Nos termos da alínea m), do n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apresentada ao órgão deliberativo a Estrutura Orgânica – Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Sever do Vouga.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores. Seguindo a recomendação da Assembleia Municipal, iniciamos o procedimento para a reorganização dos Serviços Municipais. Tivemos a sorte de poder contar com os contributos dos relatórios das auditorias realizadas e do conhecimento aferido dos nossos serviços no período do nosso mandato. Entendemos que estamos, agora,

em condições de propor uma adequação da estrutura organizacional aos desafios e transformações em curso, no âmbito da gestão autárquica, da gestão financeira pública, da salvaguarda do interesse público, da aposta na inovação e modernização administrativa, no desafio crescente da descentralização de competências e na gestão de proximidade que impulsionamos. A nossa atuação destina-se às pessoas e o nosso foco são as pessoas. Queremos os nossos serviços centrados nas pessoas, sempre com a perspetiva de contribuir de forma sólida para a respetiva melhoria do serviço, de forma eficiente e eficaz. Nesta proposta, procedeu-se, assim, aos inerentes ajustamentos na estrutura orgânica, diminuindo os lugares de dirigentes, tendo como alicerce um conjunto de princípios: boa governação, reforçando o papel de transparência, inovação e modernização, promover a qualidade organizacional, a abertura, a capacidade para promover a mudança interna e dos processos, bem como a inovação e colaboração como pilares para a melhoria contínua. A este respeito, chamo à atenção para um breve resumo da estrutura proposta, comparativamente com a estrutura anterior. A nível de Dirigente de 2º Grau, os chamados Chefes de Divisão, passamos de seis na anterior estrutura para cinco. A nível de Dirigente de 3º Grau, os chamados Chefes de Gabinete, passamos de vinte e dois para nove. A nível de Subunidades Orgânicas, Coordenadores Técnicos, passamos de vinte e três para oito. Muito obrigado.----------

De seguida o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Monteiro.----------

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas para sublinhar aquilo que acabou por ser dito pelo senhor Presidente da Câmara. Se bem se recordam, eu fiz no mandato anterior uma intervenção quando critiquei a organização dos serviços dizendo que eram mais chefes que índios. Era muito fácil o Presidente da Câmara deixar ficar as coisas como estavam e gerir isso a seu belo prazer. Mas, para todos nós é importante que se aprenda com os erros cometidos, com a auditoria que foi feita, e estas correções no sentido de diminuir o número de cargos de chefia, serão no bom sentido, na nossa opinião, e são exatamente um sinal de que se está a aprender e a corrigir os erros. Era bom que isto tivesse sucedido mais cedo, que nunca tivesse, aliás, acontecido como aconteceu no mandato anterior, mas não podemos deixar de fazer esta nota louvando aquilo que acabou de ser anunciado e apresentado pelo senhor Presidente da Câmara.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra Jorge Graça.----------

Jorge Graça – Renovo os votos de boa tarde a todos na pessoa do senhor Presidente da Mesa. Queria fazer só duas perguntas ao senhor Presidente da Câmara sobre este assunto. Que dissesse se os números que leu sobre estas três categorias de chefia são os números que fazem parte do quadro de pessoal e, se sim, quantos destes lugares estavam, efetivamente, preenchidos porque isso é que é importante. Haver vinte e dois lugares e se só tinham dez pessoas ou cinco é diferente da ideia que o senhor Presidente da Câmara quis transmitir que reduziram, efetivamente, o número de chefes como, parafraseando aqui o senhor doutor António Carlos Monteiro, o número de chefes reduziram de vinte e dois para doze ou treze que agora falou. Eu penso que, nem esses doze ou treze estarão preenchidos, mas gostava que me esclarecesse sobre estes números reais. Muito obrigado.-

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria esclarecer a questão colocada.----------

Presidente da Câmara Municipal – Não tenho presente os números preenchidos. O que eu lhe posso dizer é que, se eu não tivesse ganho as eleições, tenho a certeza que estariam todos preenchidos agora.----------

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu novamente a palavra a Jorge Graça.----------

Jorge Graça – Admito que o senhor Presidente da Câmara não saiba responder, efetivamente, quantos, só quero que me diga assim não estavam todos preenchidos ou estavam todos preenchidos. É só isso, muito obrigado.----------

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.----------
Presidente da Câmara Municipal – O que eu lhe posso dizer é que, depois do que vi aqui da bancada do PS, em que normaliza aquilo que está escrito na auditoria externa, eu vi aqui pessoas levantarem-se e deu-me vontade, também, de sair. Só não saí pelo respeito que tenho a este Município e a esta instituição porque é vergonhoso haver pessoas, que se dizem pessoas de bem, não dizerem nada sobre aquilo que está escrito e aquilo que está provado. Não são suspeitas. É uma vergonha.----------
Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente, esse ponto já passou. A questão era outra.----------
Presidente da Câmara Municipal – É uma vergonha, senhor Presidente. Não tenho mais nada a dizer. Muito obrigado.----------
Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, o modelo de estrutura orgânica, a estrutura nuclear e a estrutura flexível, com um número máximo de catorze unidades orgânicas flexíveis e um número máximo de cinco subunidades, de acordo com a competência que lhe é cometida e na sequência da proposta apresentada pela Câmara Municipal, para a revisão da estrutura orgânica do município. ----------
Vinte e cinco votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Bruno Silva, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.----------
Presidente da Assembleia Municipal – Antes de passar ao período destinado ao público, permitam-me apenas que diga o seguinte: penso que todos percebemos, nós, pelo menos, daqui percebemos que, no decurso do período de antes da ordem do dia e no ponto 1 da ordem do dia, três membros da Assembleia Municipal, três senhores presidentes de Junta, ausentaram-se da sala. É evidente que não justificaram. Aguardarei uma justificação, mas lembro só que uma Assembleia Municipal não é para vir aqui ouvir só o que queremos e o que não queremos, não. Há um dever dos membros da Assembleia Municipal e os senhores presidentes de Junta são membros efetivos da Assembleia Municipal e um dos deveres é este que provavelmente não saberão, se calhar sou só eu que leio o regimento, não sei: comparecer pontualmente e permanecer até ao fim das sessões da Assembleia Municipal. Portanto, queria apenas, e espero que apareça uma justificação para estas ausências inusitadas.----------
Maria Amaral Martins Pereira ausentou-se da sessão mediante prévia comunicação à Mesa.----------
----------**4 – Período Destinado ao Público**----------
Marta Lúcia da Silva Sousa Batista – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores deputados municipais, público presente. Por diversas vezes vim a esta assembleia pedir que a estrada da Vide fosse alcatroada. Esses pedidos não foram só na assembleia municipal, mas também nas reuniões de Câmara. A estrada encontra-se bastante degradada e, neste momento, já cresce erva no meio da estrada. O meu próximo passo será plantar lá umas couves. Assim, ficaremos, pelo menos, com um separador central evitando que os carros circulem em contramão. Peço aqui, por escrito, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ou faço este pedido para que depois me seja facultada uma resposta escrita, acho que assim é mais correto, o estudo de custo e benefício da estrada da Vide (da Roçada já vi) e, também, da estrada da Macida uma vez que, na última assembleia, ouvi falar que a estrada da Macida estava contemplada no orçamento e foi considerada pelo executivo municipal como sendo prioritária. Neste mandato, desconheço que algum habitante deste lugar tenha vindo cá pedir esta estrada e, se veio, peço que me enviem a ata da Assembleia Municipal ou das reuniões do executivo onde consta essa informação. Também e do conhecimento de todos que, para além de eu

ser habitante de Talhadas, nas últimas eleições eu era membro da lista à Câmara e concorri pelo CDS-PP. Uma das nossas bandeiras foi o vale farmácia. Onde é que ele está? Até agora não vi resposta sobre isto. No entanto, na assembleia de Pessegueiro do Vouga, que já foi há mais de um ano, ouvi falar que estaria para breve e que o Município estaria a tratar disso. Perante tudo o que foi dito nesta assembleia hoje, e pasme-se que já achava que tinha visto tudo, mas achei interessante verificar que uma pessoa do PS se ausentou, uma pessoa do CDS se ausentou, uma pessoa do PSD se ausentou e quem não tem partido também se ausentou. Talvez isto queira dizer alguma coisa. O senhor Presidente da Assembleia Municipal já disse que esperará a justificação dessas pessoas. Gostaria, também, de saber uma resposta, por escrito, sobre quando virá o médico para Talhadas uma vez que eu tenho conhecimento que houve o concurso do Serviço Nacional de Saúde que era pedido um médico para o concelho de Sever do Vouga e que este ficou deserto. Na mesma lista que integrei do CDS, tínhamos uma médica em formação de clínica geral. Essa médica, felizmente, terminou o seu curso este ano e ela poderia ter sido uma das pessoas que poderia ter concorrido a este concurso. Não a recrimino de não o ter feito, mas pasmo-me ver que ninguém do executivo se preocupou, se calhar, em falar com esta pessoa e perguntar-lhe o que é que ela necessitava para concorrer aqui a Sever do Vouga. Neste sentido, uma vez que foi o senhor Vice-Presidente que falou sobre o SNS, também gostaria de, depois, receber, da parte dele, uma resposta por escrito sobre a afirmação que fez a falar que os médicos que estão a prestar serviço na freguesia de Talhadas só passa receitas. Pergunto, e gostaria que ele me respondesse, por escrito, se todos os médicos privados do concelho e a nível nacional, apenas passam receitas porque foi isto que eu ouvi. E, também, gostaria de saber se os que fazem serviço privado ou clínica privada no centro da vila, perto da GNR, também a única coisa que fazem é passar receitas. Se fosse a Câmara Municipal a contratar um médico seria diferente de só receitas? Preciso de uma resposta sobre isto. Ouvi, também, que existe a plataforma do Serviço Nacional de Saúde e que pelo site funciona. Senhor Vice-Presidente, tenho-lhe a dizer que já tentei solucionar algumas pessoas no Espaço do Cidadão de Talhadas para fazer vídeo-consultas, pedido de receituário ou de prescrição médica no que respeita ao oxigénio e o site não funciona. Se tiver alguma solução para nos dar para estes casos, gostaria que me dissesse como devo proceder e apresento, desde já, a minha disponibilidade enquanto cidadã e residente no concelho de Sever do Vouga, para, caso ache necessário, poder fazer essa formação do SNS, uma vez que tenho formação do Espaço do Cidadão. Por último, apenas gostaria de lhe dizer isto – e não o recrimino neste aspeto – o senhor é da área da saúde, segundo sei, licenciado em ciências farmacêuticas. Nós portugueses, como todos, deixamos muitas vezes as coisas para a última e temos uma característica da qual eu me orgulho muito, que é o português é o povo do desenrasca. Ora, se chegar alguém a uma farmácia e tiver, por aquilo que é diagnosticado por um farmacêutico, uma infeção bacteriana (atenção, farmacêutico, não estamos a falar de um médico), quase de certezinha a pessoa, nas suas boas intenções, e bem, não condeno, porque eu própria também já precisei e foi-me facultado, a pessoa passa um antibiótico. O farmacêutico, provavelmente, pergunta se é alérgico a alguma coisa e dá-lhe uma amoxicilina, algo assim, e passa. Ora, um simples antibiótico, que não é de receita livre, precisa de uma prescrição médica, ou seja, um médico que pode só prescrever medicamentos ou só passar receituário, será que, só por isso, não valerá a pena ter o serviço? Obrigada.----------

Carlos Alexandre Arede da Silva – Muito boa tarde, senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, boa tarde senhor Presidente do Município e restantes elementos, boa tarde a todos os presentes. Venho aqui fazer três perguntas verbais que gostaria que me fosse dada resposta por escrito. A freguesia de Cedrim é possuidora de um chafariz com um cruzeiro centenário que, desde o dia em que foi instalado sempre teve água corrente a cair no chafariz onde, naquele tempo, os animais que vinham de lavrar as terras iam beber. Com a chegada da AdRA, cortaram-nos essa água. Eu gostaria de saber o que é que a Câmara Municipal estará a fazer para que isso não aconteça porque pode haver situações,

depois, indesejáveis. Queria, também, fazer um pedido para que fossem colocadas lombas em frente à escola de Cedrim porque há pessoas que pensam que é uma pista de velocidade e as crianças podem ser prejudicadas com isso. Quero, também, saber, penso que não será bem com a Câmara, mas gostaria de saber como é que procede à limpeza de estradas secundárias, quem é a entidade responsável por isso. Limpeza e manutenção da ecopista, um pedido para alargamento da ponte situada no Ribeiro da Ponte, só passa um carro de cada vez. Para alcatroar o que está estragado na estrada que liga a E.N. 16, da Lomba a Cedrim. Um pedido, também, para que fossem colocadas bandas sonoras no Porto Moinho porque agora com a pavimentação está-se a assistir a velocidades, e então há ali um cruzamento que é um pouco perigoso e deveriam ser lá colocadas bandas sonoras. E é tudo por hoje. Muito obrigado e muito boa tarde.----------

O Presidente da Câmara Municipal pediu autorização ao Presidente da Assembleia Municipal para intervir, tendo-lhe sido concedida a palavra.----------

Presidente da Câmara Municipal – Quero responder a algumas coisas. Da parte do senhor Arede, responderemos por escrito. Só para falar sobre a estrada da Vide e, depois, o senhor Vice-Presidente falará sobre a questão da saúde. A primeira vez que eu ouvi falar de uma estrada em Talhadas, depois de ser Presidente da Câmara, foi sobre a estrada das Arcas em que recebi e, já agora, eu recebo toda a gente na Câmara Municipal, sejam presidentes de Junta, sejam presidentes de Câmara, seja qualquer cidadão, recebo sempre. Não é necessário marcar. Se eu lá estiver, eu recebo, portanto, não é preciso esses formalismos. Assim como atendo o telefone a toda a gente, de todos os presidentes de Junta, de toda a gente. Se acham que existem esses formalismos, a necessidade desses formalismos, eu acho que não, mas tudo bem. Relativamente, então, à estrada das Arcas, analisamos a estrada e, de facto, era uma emergência. Fizemos o projeto, havia uma candidatura e avançamos com uma estimativa de custos na casa dos trezentos e muito, perto dos quatrocentos mil euros e vai, certamente, ultrapassar isso por causa da revisão de preços, e qual não é o meu espanto quando eu sou contactado por pessoas das Arcas que dizem que estão muito chateadas com a Câmara Municipal. E eu disse ao senhor, mas estão muito chateadas com a Câmara Municipal porquê? Nós fizemos o projeto, arranjamos o dinheiro, estamos a fazer a obra. É que o senhor Presidente da Junta diz que a obra não termina por vossa causa. Lá me explicaram os motivos. Eu quero, já agora, dizer que o senhor Presidente da Junta, que enviou para lá uns e-mails a dizer que a obra estava concluída até segunda-feira, feita com um reservatório que a Câmara pagou no âmbito dos investimentos porque os investimentos que são feitos em Talhadas são todos feitos pela Câmara, mas depois esquecem-se de dizer. A Câmara, em Talhadas, nunca faz nada. Portanto, na segunda-feira, será enviado para a Junta de Freguesia de Talhadas um e-mail, um ofício, a dizer que tem trinta dias para acabar a obra, que ainda não começou, no final dos trinta dias, se não estiver passada a tubagem, nós vamos pavimentar porque não podemos continuar com essas coisas. Eu não tenho tempo de ir bater porta-à-porta e desmentir as mentiras que são ditas, mas se calhar é o que eu terei que fazer em, pelo menos, duas freguesias do concelho. Relativamente às curvas de Ereira, há bocado perguntavam, já está adjudicada à Paviazeméis, portanto, estamos à espera que venham fazer. A próxima estrada que está previsto, também no âmbito de uma candidatura, é a estrada da Macida. Conseguimos, felizmente, o financiamento a sessenta porcento e entendemos que essa é uma prioridade muito grande e vamos avançar por aí. Já agora, só para terminar, depois passarei a palavra ao senhor Vice-Presidente, em setembro ou outubro iremos fazer um balanço dos dois últimos anos do mandato. Nós fazemos dois anos de mandato em outubro e anunciaremos as medidas para os próximos dois anos. A nível de candidaturas, temos tido algum sucesso. Vamos anunciar investimentos para o PT2030 no âmbito daquilo que, antigamente, era chamado Acordo Quadro e que traz investimentos para Talhadas, traz investimentos para Cedrim, traz investimentos para Sever, traz investimentos para Silva Escura, para Pessegueiro, para Rocas. Eu digo isto muitas vezes, se há presidente da Junta que ainda tem razões de queixa, é o senhor Almiro,

mas está quase a deixar de as ter. Está quase a deixar de as ter, mas tem razões. Anunciaremos esses projetos que serão trabalhados, evidentemente, em conjunto com os presidentes de Junta. Já agora, estão marcadas reuniões com os presidentes de Junta para resolvermos, de uma vez por todas, a questão dos protocolos de investimentos e das questões das limpezas, para que se possa seguir em frente. Sempre achamos os presidentes de Junta como parceiros ou, pelo menos, a maior parte. Quanto à ajuda para a questão da unidade de saúde em Talhadas. Se for para ajudar tanto como se ajudou para abrir a creche, eu dispenso. Nós, graças a Deus, conseguimos abrir a creche apesar de tudo o que a Junta fez para que não fosse aberto. Fico, de facto, surpreendido quando a prenda que nós tivemos e que a Santa Casa da Misericórdia teve, depois da abertura da creche, foi enviar a conta da água para pagar, é assim que se incentiva a fixação das pessoas em Talhadas. Muito obrigado.----------

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Vice-Presidente da Câmara Municipal se queria esclarecer algumas das questões colocadas.----------

Vice-Presidente da Câmara Municipal – Depois, naturalmente, faremos chegar por escrito os esclarecimentos que vierem a ser feitos, mas percebendo as segundas intenções que a senhora munícipe, Marta Batista, veio aqui fazer, e deixem que vos diga, se eu tivesse essas segundas intenções, também, e não tivesse o meu total respeito e apreço pelo profissional aqui mencionado, diria que uma das preocupações que o CDS sempre teve, e bem, é a saúde em Sever do Vouga, mas então eu teria que dizer que o CDS perdeu uma oportunidade excelente para nos ajudar a resolver o problema. Pois, uma das suas eleitas médicas de medicina geral podia ter concorrido e entraria no concurso em Sever do Vouga porque a vaga ficou, efetivamente, deserta. Mas, como eu não tenho essas segundas intenções, vou aqui dizer que essa profissional só não concorreu a Sever do Vouga pelo défice entre o salário que receberia em Sever do Vouga ou o défice em relação ao salário que foi receber numa UFS modelo B, como eu tive oportunidade de explicar há pouco. Só para concluir, de facto, nós, de vez em quando, somos o povo do desenrasca. Foi exatamente o que a Junta das Talhadas fez em relação ao médico que contratou. Desenrascou, mas não resolveu o problema de base, até porque o problema de base e é isto que, se calhar, a Junta das Talhadas tem que perceber. O problema de base não se resolve unilateralmente. O problema de base só se resolve com a coordenação das diferentes entidades e não é, seguramente, com vinagre que se apanham as moscas.----------

O Presidente da Câmara Municipal pediu autorização para intervir novamente, tendo-lhe sido concedida a palavra.----------

Presidente da Câmara Municipal – É só para dizer que nós, efetivamente, temos estado em conversações com o senhor Ministro da Saúde, com o Adjunto do Ministro da Saúde, para procurarmos resolver esta questão o mais breve possível, mas terão que compreender que há situações de fundo, como tão bem falou aqui o senhor Vice-Presidente, e já tinham sido referidas pelo senhor Dr. António Carlos Monteiro, que tem a ver precisamente com o facto de nós não termos uma unidade de saúde familiar, do tipo B, que não leva a que seja interessante a fixação de médicos no nosso concelho. A saúde está pela hora da morte em todo o país, não é caso único de Sever do Vouga, mas com o mal dos outros podemos nós bem. Mas, é um assunto em que estamos atentos e estamos empenhados na resolução. Muito obrigado.----------

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Carla Alexandra Pereira da Silva, funcionária designada para o efeito, que a redigi.----------